

ATA APROVADA:

30 VOTOS FAVOR

4 ASSIÊNCIAS



*[Handwritten signature]*

Assembleia Municipal de Caminha

**ATA Nº 02/17-21**  
**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**2017/12/18**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, no Edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, na Av. <sup>a</sup> do Centro Cívico em Vila Praia de Âncora.

Às 21H05M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** deu posse aos Senhores Deputados Hugo José Vasconcelos Martins, eleito na lista do Partido Socialista, Paula Cristina Vieira Aldeia, eleita na lista do Partido Socialista e Marlene Esteves da Silva, eleita na lista do Partido Social-Democrata.

O **Senhor Presidente da Mesa**, referiu que as interpelações à mesa e a defesa da honra só podem ser realizadas após o orador que estiver a usar da palavra, já tenha terminada a sua intervenção, não deve ser interrompido, logo, espera o Senhor Presidente da Mesa que isso se cumpra, para que esta Assembleia seja um modelo de boa educação, lembrando que democracia sem educação não é democracia é anarquia.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD, Presidentes de Junta e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):



## Assembleia Municipal de Caminha

- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe da Silva Matias.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

### **2º - Período de Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### **3º - Período da Ordem do Dia:**

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 04 de setembro 2017;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 21 de outubro 2017;
- d) – Plano Estratégico de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia (Vila Praia de Âncora);
- e) – Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2017;
- f) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- g) – Participação Variável no IRS, relativa aos rendimentos do ano de 2018;
- h) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP);
- i) – Mapa de pessoal para 2018;
- j) – Acordo entre a Câmara Municipal de Caminha e as Águas de Norte S.A.;
- k) – Atualização de Tarifas do Ferryboat Santa Rita de Cássia;
- l) – Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Caminha e de Vila Praia de Âncora;
- m) – Concurso Público da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- n) – Concurso Público da Rede de Distribuição de Água e Saneamento- Freguesia de Argela;
- o) – Eleição de grupo de trabalho para elaborar alteração do regimento da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 29 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;



## Assembleia Municipal de Caminha

- p) – Eleição do Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato;
- q) – Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea l), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;
- r) – Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 83º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
- s) – Eleição do Representante da Assembleia Municipal para Integrar a Comissão de acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal-PDM;
- t) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2017/2018;
- u) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares;
- v) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares;
- w) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares;
- x) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares;
- y) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares;
- z) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares;
- aa) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico;
- bb) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar;



## Assembleia Municipal de Caminha

- cc) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem;
- dd) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem;
- ee) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família;

### **1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**O Senhor Luiz Carlos Quarteu**, saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e desejou a realização de um excelente trabalho neste mandato autárquico. É o que Caminha exige, é o que Caminha merece! As alterações climáticas são uma realidade que veio para ficar. Serão poucos os que ainda não a reconhecem. Portugal é um dos países signatários do "Acordo de Paris", comprometendo-se com um conjunto de metas de redução de emissões para a atmosfera. Sabemos que as Autarquias terão um papel crucial nesse objetivo. Gostaria, portanto, de saber se Caminha tem um plano que vise cumprir com esses objetivos. Se sim, quais as suas linhas estratégicas e os seus intervenientes? Dentro desta temática do ambiente, gostaria de interrogar o executivo camarário sobre as razões para que as obras de saneamento na freguesia de Argela ainda não terem começado uma vez que nos foi garantido que as mesmas teriam início a partir de outubro/novembro.

A **Senhora Idalina Lima**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu o seguinte:

“Vou começar pelo que um dia Gandhi disse "A Grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como os seus animais são tratados", se formos a assim julgar, Portugal, tem crescido, mas é ainda muito pequenino.

Hoje venho falar-vos do grande problema que é a sobrepopulação dos animais.

O nosso Governo atribuiu uma verba em 2017 para a criação de Centros de Recolha Oficiais de Animais para as Câmaras que ainda não os tivessem e foi também pedida uma verba de 800.000 euros para a esterilização dos animais, ora, essa verba foi rejeitada. Assim será muito difícil ver, em finais de setembro de 2018, o fim dos abates nos Canis Municipais, o que muito me preocupa e muito nos deveria preocupar, pois nada nesse sentido está a ser feito em Portugal. Se Portugal é pequeno na preocupação com a causa animal, o nosso Concelho é enorme pois construiu um equipamento Municipal com condições que muito poucos o terão conseguido, retirando animais da rua, acomodando-os, através de um modelo de gestão Associativa que é “A Selva dos Animais Domésticos”.

Mas precisamos de fazer muito mais, precisamos de meios, pois se muito tem sido feito ao longo dos 14 anos, se ao problema dos animais abandonados tem sido conseguido dar uma resposta positiva, estamos a chegar a uma fase da vida da associação em que já não podemos fazer mais.

Como a obrigação de colocar microchips não está a ser cumprida e como estou de verdade muito preocupada, foi pedido aos Presidentes de Junta deste Concelho uma reunião, que se concretizou no dia 23 de novembro, para lhes pedir mais apoio na legalização dos animais. Dessa reunião saiu que se iria fazer uma campanha de sensibilização a nível da população do nosso município, para que os donos coloquem chip, promovam a vacinação e registo e licenciamento nas Juntas de Freguesia. Concordamos em que a



## Assembleia Municipal de Caminha

Associação elaborasse os panfletos e pedisse apoio ao executivo para a impressão dos mesmos, já que esta missão é da responsabilidade do Município.

O que a associação queria, na verdade, seria realizar uma campanha de vacinação, colocação de chips e registo nas Juntas de Freguesia, mas fomos dito que, infelizmente, não havia dinheiro para isso e visto ainda nem sequer haver um Veterinário Municipal no nosso Concelho, fica já a pergunta, Senhor Presidente, "como se encontra a contratação do Veterinário"?

Quero agora falar-vos um pouco do trabalho desta Associação, A Selva dos Animais Domésticos. O nosso Abrigo está lotado, temos problemas enormes na deterioração das instalações.

Temos problemas monetários... já conhecidos, para o que apelamos de forma a podermos pagar aos fornecedores de ração e aos serviços veterinários.

Temos problemas com a falta de voluntários, visto as pessoas considerarem os animais da responsabilidade do município e que por isso não têm que ser voluntários. Falando nos voluntários e no pessoal diário, não posso deixar de aqui agradecer o carinho com que dedicam parte das suas vidas, com um esforço acrescido, para que a Associação tenha a dignidade que todos reconhecem. Sem eles, com certeza, já teríamos abandonado...

Há quem nos acuse de fanatismo, lamentamos essa interpretação da nossa garra pela causa animal, tantas vezes incompreendida, que no nosso Concelho foi um desafio de há muitos anos de que muito nos orgulhamos, essa dedicação com garra não pode nem deve ser confundida com fanatismo, mas antes com amor à causa animal.

Diariamente temos pedidos de ajuda de recolha e tratamento a que procuramos dar resposta, mas nunca esquecemos os mais de 400 animais albergados, para os quais a preocupação com a alimentação e os tratamentos nos tira o sono. Ainda que não se ouçam queixas daquilo que é



## Assembleia Municipal de Caminha

o nosso sofrimento, por não podermos dar respostas em tempo real sempre que um pedido nos surge.

Esse é o nosso drama, mas essa é a nossa força.

Infelizmente, não temos somente os animais albergados no Abrigo, mas temos também dezenas de colónias de gatos de rua, por isso concorremos ao Orçamento Participativo com a proposta "Campanha de esterilização de animais de rua", que vencemos graças à votação da população, o que também muito os preocupa.

Atualmente já temos numerosas gatas prenhas e as que ainda vão emprenhar, o que fará aumentar a população das colónias e todos os problemas de saúde dos mesmos e da saúde pública.

Gostaria também de saber, Senhor Presidente, para quando o início da campanha de esterilização, visto estarmos a ser pressionados pela população para a concretização desse projeto.

Com todo o nosso sacrifício queremos continuar a ser um dos poucos Concelhos, a nível Nacional, sem animais errantes e sem abate há mais de 14 anos, que é uma bandeira do Município de Caminha.

Mas para isso precisamos do apoio dos nossos autarcas e de toda a população, só assim poderemos continuar, contamos com todo o vosso apoio.

Em nome da Selva dos Animais Domésticos e em meu nome pessoal, desejo a todos um Santo Feliz Natal e um Próspero Ano Novo".

A **Senhora Ana Patricia Moreira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e disse que se inscreveu como habitante de Vila Praia de Âncora, digo habitante, e leu o seguinte:

"Os pontos que me preocupa são: Rua do Paraíso; Piscina; Área circundante da escola EB1 e 2 e secundária de Vila Praia de Âncora.



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à Rua do Paraíso, como moradora nesta Rua, e dando voz a outros moradores, uma vez que a mesma por 20 metros obriga a fazer um desvio de 800 metros (Rua Maria Angela Morais Cabral, que interceta com uma rua bastante movimentada Rua Dr. ° José Teixeira de Queirós, e Rua da Barrosa para chegar à Rua do Paraíso). Sugeriria a colocação de um sinal de trânsito de cedência de passagem, pois a utilização da mesma apenas serve para os moradores, utilizadores que se deslocam para as hortas urbanas e utilizadores do jardim-de-infância.

Sei que não é da sua competência, mas nesta Rua existe três iluminarias que deixam de funcionar quase sempre por volta das 20h00/21h00. Contactei várias vezes a EDP a informar de tal anomalia, e a resposta é que tomam conta da ocorrência e que enviam para os assistentes técnicos e que no espaço de 10 dias estará resolvido. Só que os dez dias estão contabilizados desde setembro.

Sei que a Junta de Freguesia também tem enviado emails a dar a conhecer esta anomalia, mas até hoje nada feito. Será que o Sr. ° Presidente com os seus contactos, consegue mais facilmente chegar à pessoa responsável da empresa EDP. De certeza que os moradores prejudicados lhe saberão agradecer, afastando também alguns “seguranças privados” esporádicos que teimam aparecer nas traseiras da extinta Ancorensis Cooperativa de Ensino.

No que diz respeito às Piscinas. Com a implementação do projeto-piloto lançado pelo Município, “Caminha sabe Nadar”, gratuitamente. Pergunto ao Sr. ° Presidente ou Vereador do Pelouro se tem conhecimento de vários aspetos que me preocupa, nomeadamente limpeza e higiene; control no que diz respeito ao cumprimento da regra para poder estar a utilizar o “Caminha Sabe Nadar”, bem como temperatura das águas sanitárias.

Tenho uma filha, que está neste projeto, embora já frequente antes de o implementar. E tenho notado que relativamente à higiene e limpeza dos balneários deixa a desejar. Os utilizadores que frequentem a piscina por





## Assembleia Municipal de Caminha

volta das 18h00 já não encontram papel higiénico nas instalações sanitárias, bem como as mesmas por vezes estarem sujas. Não falando do equipamento para descarregar a água se encontrar sujo / pegajoso, ficando uma marca preta nos dedos/mão, e por vezes danificado.

Relativamente á temperatura da água dos chuveiros, no mês de novembro, deixou a desejar. Por duas vezes a minha filha e utilizadores da piscina (como eu) tomaram banho nesses dias com água morna/fria. A consequência foi que adoeceu por duas vezes, impedindo-a de frequentar, e obrigando-me a tentar justificar as respetivas faltas. Uma das faltas justificadas foi com a consulta que tive no pediatra e a respetiva receita médica que passou. É-me complicado/dispensioso sempre que a minha filha adoecer ter de arranjar atestado para justificar a falta, de forma a cumprir com o requisito.

Tenho conhecimento que existe uma lista de crianças que não conseguem vaga para poderem usufruir desta iniciativa. Pois a informação que as funcionárias dão são que está a turma completa.

Gostava de saber quantas crianças são por turno? Quantos turnos à?

Pois já assisti num dos turnos da minha filha estarem 16, e o aproveitamento foi péssimo. Bem como aos sábados uma turma só com 3 a 4 elementos.

Outro ponto importante, tem a ver com a rotunda em frente à escola EB1 e 2, e secundária de Vila Praia de Âncora. Sendo uma rotunda onde se interceta com 5 ruas, torna-se muito movimentada, penso que se deveria melhorar a sinalética e marcação no piso, para além de se sobre-elevar as passadeiras existentes, como as que se fizeram ultimamente na Rua Miguel Bombarda, travando assim os aceleras que teimam muitas vezes aparecer e salvaguardando a segurança dos alunos”.

A **Senhora Christine Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social



## Assembleia Municipal de Caminha

e caros munícipes e, em particular, Jovens do Concelho de Caminha, e leu o seguinte:

“Realizo esta minha curta intervenção em nome da Juventude Socialista do Concelho de Caminha. E faço-o, fundamentalmente, para, por um lado, realçar a nossa satisfação pelo recém iniciado processo da criação do Conselho Municipal da Juventude e, por outro, para recordar, louvando, a política camarária na vertente essencialmente vocacionada para os jovens do nosso concelho.

Depois de vários anos a pugnar, nos mais diversos fóruns, pela criação, pela constituição, dos Conselhos Municipais da Juventude é com grata satisfação que comprovamos que, tão pouco tempo passado desde o último ato eleitoral, a Camara Municipal de Caminha, pela iniciativa do executivo socialista, abraça a criação de tão importante órgão para os jovens caminhenses.

Excelente notícia que possibilitará aos jovens do nosso Concelho dirimir, no local apropriado, os seus anseios, as suas propostas estratégicas, participando, a jusante, nas decisões políticas vocacionadas para a juventude concelhia.

Felicitemos, pois, o executivo camarário, na pessoa do seu Presidente, Dr. Miguel Alves, por tão importante e ansiada decisão que cumpre, assim, mais uma das promessas plasmadas no derradeiro manifesto eleitoral apresentado aos caminhenses.

Nós, jovens do concelho de Caminha, saberemos, não tenho qualquer dúvida, corresponder com trabalho profícuo, a começar, já, no debate público que se seguirá, à confiança que em nós depositou!

Em nome da JS concelhia o meu muito obrigado!

Já no que diz respeito às políticas levadas a cabo pelo pelouro do Desporto e da Juventude não quero deixar passar a oportunidade de louvar a dinâmica imprimida pelo Senhor Vereador do pelouro, Dr. Rui Lages, que de uma forma geral abarcam um leque alargado de iniciativas que têm chegado



## Assembleia Municipal de Caminha

de forma muito satisfatória a todos os atores, sejam eles individuais ou coletivas.

Aproveitando o escasso tempo de que ainda disponho, gostaria de destacar duas das iniciativas gizadas e já levadas à prática que, no meu entender, são perfeitamente reveladoras da riqueza intelectual da sua génese e da justiça social que já geram ou virão a gerar.

Refiro-me, em primeiro lugar, à aposta nas atividades náuticas no nosso concelho!

Cerca de 900 alunos do 1.º ao 3.º ciclo podem hoje disfrutar e ter no seu currículo o registo de experiências ligadas à prática de modalidades como o Remo, a Canoagem, o SUP ou, brevemente, o Surf. Isto é uma aposta, inequívoca, no desenvolvimento pessoal das nossas crianças e dos nossos jovens, mas é, igualmente, uma aposta num novo fator económico de dinamização da nossa terra.

Em segundo lugar, destacarei, o programa "Caminha sabe nadar" que possibilita, que incentiva, as crianças do concelho até aos 8 anos de idade, a praticar natação, de forma gratuita, nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora.

O sucesso da iniciativa conta já com mais 500 inscrições! Parabéns, pois, senhor Vereador! Parabéns que faço extensivos a todos aqueles que diariamente dão o seu melhor por um concelho mais dinâmico, mais apelativo, mais amigo dos jovens. Disse!"

### **2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **a) Informações da Mesa**

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:



## Assembleia Municipal de Caminha

“- Ofício da Casa Civil do Presidente da República, a dar conhecimento da receção do Voto de Pesar, aprovado por unanimidade em 23 de junho por esta Assembleia Municipal.

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Lei do PCP que:” Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias”.”.

- Ofício da Assembleia Municipal de Pedrogão Grande, a dar conhecimento da receção do Voto de Pesar, aprovado por unanimidade em 23 de junho por esta Assembleia Municipal.

- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a solicitar representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato.

- Convocatória da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o XXIII Congresso Nacional a realizar no dia 09 de dezembro em Portimão.

- Ofício da CPCJ a solicitar a designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;

- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, a dar conhecimento do envio de iniciativas legislativas dos Verdes - Programa de autoproteção em caso de incêndio florestal e Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação estratégicas e de proximidade.

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da proposta apresentada para a Lei do Orçamento do Estado para 2018 - Autarquias Locais/ Trabalhadores/ Habitação/ Proteção Civil/ Ambiente.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, informou que chegou à mesa um voto de pesar, o qual se passou a ler e fez-se um minuto de silêncio.



## Assembleia Municipal de Caminha

“Voto de Pesar Voto de pesar pela morte do Senhor Luis Gomes Fernandes

Este Ancorense que, com muita lástima nos deixou, foi uma das figuras mais conhecidas da população de Vila Praia de Âncora, do Vale do Âncora e do concelho de Caminha.

Fruto da sua longa carreira como comerciante na zona central de Vila Praia de Âncora conhecia gentes de muitas geografias.

Este acérrimo Ancorense tinha uma história de vida multifacetada: comerciante; político, mas não muito ativo; amigo do seu amigo; afável e disponível para dar o seu contributo para o bem da sua terra, das suas gentes, especialmente as mais vulneráveis, como revela a sua ligação ao projeto do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora.

Considerando a sua passagem pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, na qual exerceu as funções de Presidente da Comissão Administrativa, após o 25 de abril, entre 1.974 e 1976, tendo sido, no decurso deste mandato, em interligação com a D. Maria Ângela Morais Cabral que fazia parte da Comissão Administrativa da Câmara de Caminha, que se lançaram as bases da criação do Ciclo Preparatório de Vila Praia de Âncora.

Considerando o seu papel no processo de aquisição dos terrenos destinados à construção deste edifício escolar que hoje é a Escola Básica e Secundária, promovendo uma ampla campanha de angariação de fundos na qual participou a população, em geral, que se mobilizou para doar os terrenos ao Ministério da Educação. Esse processo conheceu o seu ponto alto na sua passagem pela Junta de Freguesia.

Considerando as referências que sempre fazia aos tempos da ditadura e aos movimentos da oposição ao regime protagonizados por ilustres Ancorenses, donde avulta o Almirante Ramos Pereira, à colaboração, com o seu pai, no apoio à Fundação Almirante Ramos Pereira que proporcionava apoio aos jovens mais desfavorecidos que pretendiam estudar.



## Assembleia Municipal de Caminha

Considerando o entusiasmo com que falava dos tempos que passou em Moçambique a cumprir o serviço militar, o seu envolvimento nas comemorações do dia 10 de junho, recorda-se a sua vivência em várias associações de Vila Praia de Âncora, a sua colaboração em várias festas e romarias, cortejos de oferendas e outras campanhas de angariação de fundos para diversos fins, nas quais participou ativamente.

Considerando que, conjuntamente com outros Ancorenses fundou o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora. Desde essa data, já longínqua de 8 de setembro de 1983, até à atualidade sempre exerceu funções de vogal na Direção da instituição com o maior zelo e dedicação.

Em face deste infausto acontecimento, propõe-se a esta Assembleia Municipal que seja votado um voto de pesar pela morte do Senhor Luis Fernandes que, com muita pena nossa nos deixou no passado dia 24 de outubro.”

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia**

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e relembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, disse quanto a este voto de pesar que ali foi lido, trata-se de um voto unanime das forças políticas presentes neste quórum, que delegaram na mesa a elaboração do voto que ali foi lido.



## Assembleia Municipal de Caminha

Felicitou também os novos deputados eleitos e presentes nesta sessão, porque, é sempre bom ver novas caras, o que significa que existe renovação e interesse da juventude em participar na vida política do nosso Concelho, que façam a sua participação ao longo das diversas sessões, que ajudem a construir um Concelho melhor e que tudo seja realizado com respeito, educação e elevação para que dessa forma se possa sempre dignificar a Assembleia Municipal. Desejou também as maiores felicidades ao Senhor Presidente da Mesa e Secretários que tomem boas decisões e que façam uma boa condução de trabalhos nas diversas sessões de Assembleia Municipais que irão ter pela frente e acima de tudo que tenham sempre presente os valores conquistados com o 25 de Abril, nomeadamente a liberdade de expressão.

Saudou ainda o Senhor Deputado os novos Vereadores para que tenham sempre boas decisões em todo o trabalho que vão ter pela frente. Desejou ao Senhor Presidente Miguel Alves e Senhor Vereador Guilherme Lagido as maiores felicidades, uma vez que como todos sabem estes próximos 4 anos não serão fáceis, porque se tem uma dívida a curto prazo galopante, as despesas estão um pouco descontroladas e existem dificuldades em apresentar o orçamento, o qual já deveria ter sido apresentado nesta sessão, no entanto deixa um voto de coragem, e de trabalho, e que Caminha fique a curto prazo no caminho que deve seguir.

Apresenta ainda o Senhor Deputado dois votos de protesto, sendo um deles por esta sessão se realizar numa segunda feira à noite, porque é difícil ali estar quando no dia seguinte muitos dos que ali estão se tem que levantar cedo; um outro voto de protesto pela extensa lista de pontos da ordem de trabalhos.

Por fim disse o Senhor Deputado que na última tomada de posse, quando o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro fez a sua intervenção, talvez pela forma como escreveu e leu, ou, pela forma como deu entoação ao texto, ou, até talvez pela forma em que olhou para a bancada do PSD no



## Assembleia Municipal de Caminha

final de ler o texto, deu a sensação aos presentes na sala que seria o PSD o responsável pela mesa de voto em Argela no dia das eleições de 01 de outubro, pelo que, cabe-lhe como líder de bancada do PSD lhes dizer que nunca tiveram nada a ver com aquilo que aconteceu na assembleia de voto em Argela de 01 de outubro, como todos sabem houve votos que foram mal contados e apareceram juntamente na contagem do PSD, quando deveriam estar na contagem na CDU que nunca existiu na altura, até porque a presidência da mesa não era do PSD, como a vice presidência, logo, não têm nada a ver com aquilo que se passou naquela altura.

Perguntou ainda o Senhor Deputado ao executivo, qual o representante da Junta de Freguesia do Concelho de Caminha que esteve no Congresso Nacional de Municípios que foi realizado em Portimão.

O **Senhor Deputado João Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que o PSD leva ali uma matéria que lhes parece de enorme pertinência e de atualidade que lhes merece uma atenção especial; o planeamento e a defesa do meio ambiente, no qual dará relevância a três pontos exemplificativos que demonstram a ausência de uma estratégia nesta matéria.

Refere o Senhor Deputado que o primeiro prendesse com um acontecimento ocorrido há pouco tempo entre Foz do Minho e do Portinho, quando uma fonte de poluição a jusante perto da Foz do Minho, brotava para o rio Minho um líquido pastoso de cor de rosa, sendo do nosso conhecimento que não foi tomada nenhuma medida até ao presente, e não sendo conhecidas as origens do fenómeno e quem os seus autores, contudo, a sua gravidade impõe uma atitude e possivelmente uma regulamentação audaz e sancionatória para este tipo de situações que merecem toda a importância.





## Assembleia Municipal de Caminha

O segundo ponto refere-se a um herbicida deitado na Serra D'Arga, refere o Senhor Deputado que este ponto é de extrema importância, aliás a sua pertinência é de tal ordem que enquanto todos ali se encontram, a RTP1, divulga hoje um estudo sobre os efeitos do roundup na saúde pública, como uma substância altamente cancerígena, e leva ali para discussão pública aquilo que para ele é o maior atentado ecológico que rotulará como um crime cometido neste Concelho, e foi cometido à luz dos agentes políticos e que lhe merece um forte apelo e uma atitude consciente sobre esta matéria que aconteceu na Serra D'Arga. A Serra D'Arga foi toda ela pulverizada com herbicida para combater uma espécie invasora que é a háquea.

Meus caros,

É uma consternação assistir a isso, os efeitos nefastos vão-se prolongar pelos próximos anos, têm uma incidência que não conseguimos combater facilmente, e é lamentável que os agentes que tem responsabilidades nesta matéria, não tenham tomado uma posição contra aquilo que ele mais uma vez defende como o maior crime ambiental cometido neste Concelho, está-se a falar de centenas de hectares pulverizados com este herbicida não existe uma única planta naquelas encostas, e nada foi feito para evitar que isso acontecesse, os seus efeitos iram-se prolongar por inúmeros anos.

Disse ainda o Senhor Deputado que existem imensos estudos, e existem imensas publicações e não pode conceber que uma situação destas tenha acontecido no nosso Concelho, dever-se-ia estar na vanguarda, existem outros meios alternativos, e se se olhar para a Serra no Concelho de Vila Nova de Cerveira a háquea foi trabalhada com meios mecânicos sem qualquer efeito poluente, e no nosso Concelho com efeitos para o futuro, foi contaminado todo o solo da Serra D'Arga com o roundup, não se pode tolerar uma situação destas e deve-se tomar medidas urgentes para averiguar quem são os seus autores e sancioná-los se necessário nas instancias próprias, o PSD tomará as necessárias medidas para junto do



## Assembleia Municipal de Caminha

Ministério do Ambiente e das bancadas parlamentares, alertando para esta situação e descortinar o que efetivamente ali ocorreu.

Quanto ao terceiro ponto tem a ver com uma comunicação que foi feita aquando da reunião descentralizadas da Câmara Municipal ocorrida na União de Freguesias de Argas, que irá ser contratada uma empresa para proceder a queimadas nas zonas florestais, no âmbito do planeamento e combate aos incêndios florestais; refere o Senhor Deputado que é com estupefação que assiste a isso, uma vez que o Concelho de Caminha deve estar na vanguarda e não pode compadecer-se com este tipo de situações. Disse ainda o Senhor Deputado que a Europa caminha num ciclo totalmente diferente a este, estão proibidas as queimadas, as queimadas são um forte foco de poluição, pelo que, solicita ao Senhor Vereador que repense esta matéria, que seja invertido este ciclo que nos coloquemos num caminho de desenvolvimento e se evitem estas medidas, porque não lhe parece que a prevenção e o planeamento florestal se faça com queimadas, existem outros maíos alternativos, como aliás se tem vindo a assistir a novas técnicas e meios que permitem a compostagem dos resíduos florestais e que nos levaram a um desenvolvimento económico e sustentável que não é dissociável do meio ambiente.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:

“Passados 48 dias sobre o ato eleitoral, cumpre-me em nome do Partido Socialista, agradecer. Agradecer aos que em todas as freguesias, acreditaram nos diversos projetos do Partido Socialista aceitando integrar as suas listas ou por nós serem apoiados; aos que saíram vencedores, mas também aos vencidos, àqueles que não conseguindo alcançar a vitória trabalharam afincadamente e estou certa que continuarão a fazê-lo, sendo



## Assembleia Municipal de Caminha

uma oposição construtiva, trabalhando sempre em prol das suas freguesias e das suas populações. Quero agradecer aos munícipes do Concelho de Caminha que expressaram a sua vontade nas urnas, demonstrando de forma inequívoca a sua vontade dando uma grande vitória ao Partido Socialista!

Foi clara a mudança operada no nosso concelho nestes últimos anos! Foi clara a viragem positiva que foi realizada, foi clara a diferença entre um presente de esperança e um passado que queria ressurgir e por isso também foi claro o resultado alcançado. Esperamos, pois, que novos rumos sejam traçados e que também aqui, na casa da Democracia, no órgão máximo do nosso concelho, possamos assistir a debates construtivos e elevados, num respeito mutuo, tendo sempre em mente o supremo interesse do nosso concelho e não os interesses partidários ou pessoais.

Resta-me, pois, desejar aos Senhores e às Senhoras presidentes de Junta eleitos, um excelente trabalho estando certos que tal como no mandato anterior, aqueles que assim quiserem, terão sempre um apoio constante por parte do executivo municipal, dialogando e trabalhando com todos os que quiserem em prol das nossas freguesias.

A todos os Deputados Municipais desejo também um excelente trabalho e espero que possamos todos juntos, dentro das nossas diferenças, dignificar quem em nós votou.

Finalmente ao Presidente Miguel Alves e à sua equipe, não podemos esquecer que esta grande vitória alcançada é, sem dúvida alguma, uma responsabilidade acrescida para este renovado executivo e esperamos sinceramente que os alicerces traçados no compromisso das grandes metas eleitorais cheguem a bom porto e que o nosso concelho prossiga nesta senda de desenvolvimento económico e social. Mãos á obra Presidente, vamos em frente, vamos fazer o que ainda não foi feito!

Disse.”



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, e, na sua pessoa, todos os presentes e os que assistem a partir de casa. Disse que não poderia deixar de começar a sua intervenção sem se referir ao não-verbal que ali foi verbalizado pelo amigo e eleito pelo PSD, Rui Taxa Araújo, e dizer-lhe que na verdade, não é pelo verbal ou não-verbal que a história se vai mudar, e como a história não se vai mudar, disse, existe uma coisa que irá ficar para sempre na memória, é que a CDU foi prejudicada em Argela, a CDU não teve os votos contados em Argela, a CDU não tinha nenhum membro na mesa e na secção de voto de Argela; e esta é a história. E de seguida disse que:

Depois da tomada de posse tida em Vila Praia de Ancora, hoje é também esta vila a acolher a sessão de trabalhos da Assembleia Municipal de Caminha, dando corpo a uma prática de continuidade, e que, não sendo, em nosso entender, razão suficiente para garantir a gestão pública em equidade, é seguramente um sinal político de aproximação às populações.

O Partido Socialista assumiu que promover reuniões de Câmara descentralizadas valorizaria a democracia local. Ora se também a Assembleia Municipal o faz, a menor escala, presume-se que o pensamento da Mesa seja o mesmo, e a CDU, reconhece que pode haver, de facto, uma maior e melhor visibilidade do órgão deliberativo do município, por vezes escondido na sua ação. E neste plano de proximidade, deveria, entendemos, prosseguir a presidência da Mesa da Assembleia Municipal de Caminha, seguindo o exemplo de outras no país, disponibilizando os documentos que integram a ordem de trabalhos no sítio da Internet do município. Na verdade, entendemos, os munícipes devem ter acesso aos documentos que são trabalhados pelos eleitos municipais e representantes das freguesias, verificando como é evidente a dificuldade, pela má qualidade dos documentos, com que nos debatemos na preparação destas sessões. Estamos certos de que não há uma intenção deliberada em dificultar a



## Assembleia Municipal de Caminha

consulta e leitura dos documentos, mas a verdade é que se estes forem públicos, é a imagem da própria câmara que estará em causa, e aí o cuidado será seguramente maior. Veja-se a própria disponibilidade temporal dos documentos, algo que já no passado alertámos. Os documentos que nos são enviados via E-mail deveriam, pelo menos, estar disponíveis até ao fim das sessões, o que não acontece. Qualquer eleito municipal ou representante de freguesia que quisesse fazer o download dos documentos neste último fim-de-semana, já não o poderia fazer porque os documentos já não estariam disponíveis.

Maior disponibilidade parece que haverá no que respeita ao cadastro das propriedades, numa ação que vemos também como preventiva no combate aos incêndios. O concelho de Caminha integra o projeto piloto que o une aos municípios de Alfândega da Fé, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova e Sertã. Este é um ato responsável, que não esquece que, há dois anos, fomos também fortemente fustigados pelos incêndios, levando mesmo à perda do trabalho de décadas num dos baldios de referência, o de Riba de Âncora. No entanto persistem dúvidas para as quais gostaríamos de obter respostas. A informação cadastral simplificada complementa-se com a georreferenciação, e é aí que subsistem dúvidas de como será feita, que prioridades serão atendidas, se se destina aos baldios e projetos de investimento, e se será feita na presença ou não dos proprietários, caso o técnico especializado seja público. É certo que existe uma plataforma nacional que disponibiliza informação, mas esta não é acessível a todos. Por isso importa também saber se a Câmara Municipal disponibilizou efetivamente recursos humanos para dar este apoio. Se sim, de que divisão, quantos e que resultados há dele. A unidade móvel anunciada já percorre as freguesias e a meta dos 95% de registos de prédios rústicos mantém-se? E sobre o processo ser gratuito durante um ano, é uma realidade que engloba



*[Handwritten signatures in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

todas as ações necessárias ao registo e georreferenciação, ou apenas parte do processo?

Menos gratuito foram seguramente as obras de requalificação do nó da Erva Verde. É inegável que se trata de uma valorização em absoluto de uma zona que acusava o desnorte urbanístico de Vila Praia de Âncora e que agora, só questões de pormenor nos fazem trazer a questão a esta assembleia. Numa vila com dificuldades de estacionamento, porque não foi preparado o estacionamento em espinha junto ao prédio onde funcionam serviços da Segurança Social. Com o novo acesso à ludoteca e galeria Guntilanis, este estacionamento prevê-se necessário e, se não preparado agora, tão pouco será no futuro. Outra nota de pormenor prende-se com a mobilidade de peões. No lado oposto a este prédio, inesperadamente o passeio termina sem levar o peão a lado algum, o mesmo acontecendo com o desfaseamento entre a passadeira que atravessa a rua Miguel Bombarda e o muito usado acesso à rua Pontault Combault, para chegar às Piscinas Municipais, Centro de Saúde e Agrupamento de Escolas do Vale do Âncora. Com poucos recursos se poderia ter aproveitado a oportunidade de melhorar este acesso. Mas o mais importante parece-nos ser o novo olhar para a EN13, dando mais uma vez evidência de que a CDU sempre esteve certa ao defender a urbanização desta via, convertendo-a numa avenida no atravessamento de Vila Praia de Âncora. Este novo arranjo no Nó da Erva Verde deveria entusiasmar a Câmara Municipal a perseguir este fim, que se alia também ao plano da Sandia que será hoje aqui votado.

É neste melhoramento, com a criação de corredores de fruição urbana, que nos revemos, do qual também fazem parte as ecovias, mesmo aquelas que não defendemos. Na ecovia Vila Praia de Âncora-Moledo foram feitas as melhorias prometidas de continuidade, no entanto o sinal colocado junto à depuradora de mariscos, em Santo Isidoro, não inibe condutores de automóveis de circularem sobre o piso preparado para peões, nem o aspeto, de salubridade questionável de uma exploração pecuária, se efetivamente é



## Assembleia Municipal de Caminha

disso que falamos, convida ao usufruto desta ecovia, nessa zona. Parece-nos urgente a criação de outras barreiras e a resolução do problema impactante referido.

Cumpre-nos também, em início de novo mandato político, apelar ao executivo camarário para que encontre vias culturais, desportivas, recreativas e formativas que valorizem a nossa ligação aos concelhos limítrofes, tanto na orla costeira como nas áreas interiores. As boas relações de vizinhança devem, em nosso entender, consubstanciar-se em ações territoriais que lembrem os limites do concelho. Neste momento, apenas os Romeiros de S. João D'Arga nos lembram estas ligações, faltando, porventura, mais para estreitarmos laços de proximidade.

Este é um desafio que deve também ser alargado à educação, valorizando o território, como tem acontecido na disponibilidade de ensino público pré superior e do ensino artístico especializado da música, mas que, pelas características próprias do nosso concelho, o número de zonas classificadas em termos ambientais, e ainda a diferença cultural que queremos assumir também ao nível do turismo, era oportuno fazer todos os esforços para trazer para o município um Centro Ciência Viva.

Deixamos este pensamento para que, na oportunidade orçamental e definição de plano plurianual, possam estas questões ser equacionadas, pensadas e encontradas as melhores soluções de financiamento.

Disse.”

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e manifestou o seu agrado em ter quem o acompanhe nas preocupações ambientais, uma vez que foi tão verde no processo do PDM, agora já tem quem esteja ao seu lado, e disse que o Senhor Deputado João Lages manifestou ali três preocupações que vai comentar. Sendo a



*[Handwritten signatures in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

primeira, o acontecimento que inicia a poluição, a qual foi referenciada e acompanhada pelo executivo, e até se pode produzir todas as regulamentações audazes e sancionatórias, mas, aquilo que se tem que saber é aonde esta a causa do problema, e efetivamente, não se conseguiu saber aonde estava a causa desse problema, pois as coisas acabaram por se esvaír, contudo, se alguém souber aonde esta a causa do problema o executivo está disponível para tomar as devidas medidas. Disse o Senhor Vereador que se fizeram várias diligências, nomeadamente, recorrendo às forças dessa matéria, não foi possível encontrar o causador da tal mancha rosa.

Relativamente à questão da Serra d'Arga disse o Senhor Vereador que o maior perigo para a biodiversidade em todo o lado são as espécies invasoras, são normalmente espécies exóticas e são incontrolláveis na sua progressão e este tipo de espécie progride rapidamente e mata tudo que está à sua volta, e os exemplos mais conhecidos são as acácias, acácia de dealbata e a háquea sericea que é o caso aqui em presença, estas duas espécies tem uma característica curiosa, que são perófitas, na presença do fogo reproduzem-se ainda com mais velocidade e com maior agressividade, isto verificou-se no incêndio de Arga de S.João de 2010/ 2015, imponha-se uma intervenção para se tentar controlar a háquea que felizmente só acontece em solos xistosos, o uso do roundup e desde que devidamente utilizado, é altamente criticado, mas, não está proibido, e ir ali dizer que o uso do roundup mata tudo por varias gerações, isso não é verdade, logo, não é o roundup que vai matar a biodiversidade, a biodiversidade esta morta na Serra d'Arga pela própria háquea, e não será provavelmente o uso do roundup que vai ser um atentado ecológico, porque se isso assim fosse, havia atentados ecológicos um pouco por toda a Europa especialmente em zonas de campos agrícolas com usos de água, que aí sim o risco seria muito mais elevado, nomeadamente, quando toca a proximidade com lençóis freáticos.





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao uso das queimadas disse o Senhor Vereador que se pôs a hipótese numa reunião para se criar manchas de descontinuidade, e esta é uma ferramenta que é usada um pouco por todo o lado, ou seja, está-se a falar em áreas relativamente ínfimas para se proteger áreas de grandes dimensões, mas, pode-se ter ideias daquilo que se pretende fazer, mas, não nos podemos esquecer do território que se está a falar, ou seja, não é fácil roçar mato no meio daquelas pedras que existem por toda a área da Serra d'Arga; mas, perguntam e antigamente como se fazia!, antigamente existia o pastoreio e tinha-se que ter rebanhos de grande dimensão, e etc., ou seja, na realidade que estamos, e aquilo que sugere mais uma vez o Senhor Vereador é que existam manchas de descontinuidade artificializadas ou naturais, mas, sobretudo manchas de folhosas de proteção aos núcleos urbanos em plena Serra d'Arga, e aquilo que não se pode ter é espaços rurais abandonados a bater à porta de pessoas idosas que não tem como fugir, logo, o assunto é sério, todos apresentam muito boas soluções, mas, vê-se Califórnia arder como arde.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e saudou todos os eleitos e os novos eleitos que vem trazer rejuvenescimento, quer entre os Senhores Vereadores e Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta, e saúda todos aqueles que já o acompanharam no primeiro mandato, esperando poder trabalhar com todos para que o nosso Concelho fique cada vez melhor.

Relativamente à intervenção do público em cada inicio de cada Assembleia Municipal, refere o Senhor Presidente que é algo que lhes causa algum embaraço, porque, as pessoas não têm a obrigação de saber sobre essa matéria, mas, não cabe à Câmara Municipal prestar esclarecimentos, porque o esclarecimento deverá ser prestado pelos grupos parlamentares,



## Assembleia Municipal de Caminha

percebendo o executivo que as intervenções das pessoas são dirigidas a eles, querendo respostas deles, e este fica numa posição de alguma dificuldade, porque não lhes cabe em termos de regulamentares ou regimentais dar nota ou resposta àquelas que são as questões colocadas, e dá a entender que o executivo quer fugir a essas matérias, mas, não é disso que se trata, pelo que, solicita o Senhor Presidente à Assembleia Municipal e aos grupos parlamentares que se pudesse acautelar isso no regimento, pelo que, deverá ficar bem claro, e explicando a cada uma das pessoas, no início de cada intervenção, que a intervenção deverá ser dirigida aos grupos parlamentares, porque o executivo não poderá responder e, assim, as pessoas naturalmente já acautelarão a forma e o modo e a substância dessas perguntas, ou, então terá que se encontrar ali alguma forma que permita à Câmara também responder. Mas, como esta é a primeira sessão vai dar resposta a algumas matérias.

Quanto a intervenção do Senhor Luiz Quarteu, o qual, deu nota das alterações climáticas existentes, e a Câmara Municipal tem um plano muito claro de poder acautelar o desenvolvimento destas mudanças que estão a acontecer naquilo que é ação política do Município, e esse plano é o Plano Diretor Municipal, e por ser este Plano Diretor Municipal já desta terceira geração, o qual foi o 2.º Plano Diretor Municipal a nível da Região Norte, que já tem estas premissas, incorpora uma série de conjuntos e planos laterais que acabam por fazer parte desse Plano Diretor Municipal, nele já estão vertidas algumas das conclusões e dos últimos acórdãos e das últimas decisões, e, desse ponto de vista existem uma série de regras a cumprir e uma série de planificações a ter em conta, ou seja, essas matérias já estão acauteladas no Plano Diretor Municipal e naquilo que vier a ser incorporado, por exemplo, proximamente vai haver uma reunião do Plano da Orla Costeira, este será um último momento para se pronunciarem sobre o projeto que está em discussão e tudo que ali seja aprovado dentro do POC, irá ser incorporado no PDM, e é obvio que o Plano da Orla Costeira sobre



## Assembleia Municipal de Caminha

alterações climáticas, erosão costeira, reforço dos cordões dunares, tem tudo a ver com estas matérias.

Quanto à calendarização das obras de saneamento em Argela, disse o Senhor Presidente que se está a tratar disso, aguarda-se o visto do Tribunal e Contas, sem esse visto não se pode obrigar nenhuma empresa a avançar com a obra.

Relativamente à intervenção da Senhora Idalina Torres, disse o Senhor Presidente, e algumas são nacionais, ou seja, está-se perante uma nova realidade naquilo que tem a ver com o tratamento dos animais, e com esta proibição de abates quer nos abrigos e canis municipais ou intermunicipais, e esta é uma realidade onde a D. Idalina tem toda a razão, o País não está preparado neste momento, e não se percebe de forma clara que o País se esteja a preparar para a obrigatoriedade que a Lei vai impor de não abate de animais nos nossos canis. Disse ainda o Senhor Presidente que do ponto de vista de Caminha, tem sido feito um trabalho muito meritório por parte da Associação Selva dos Animais em conjunto com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e com todos os voluntários que tem dado os seus contributos, mas, tem havido as dificuldades que a D. Idalina ali salientou. E são dificuldades que estão relacionadas quer com a deterioração do próprio espaço, quer com as questões financeiras, quer também com a incapacidade da própria população em compreender determinados tipos de atitudes e comportamentos que hoje já não são compreensíveis. Também referiu o Senhor Presidente que houve uma mobilização junto das Juntas de Freguesia, que não podendo ter todos os Senhores Presidentes, julga que foi compreensível aquilo que é necessário fazer para se poder identificar os animais mediante determinadas circunstâncias. Deu ainda nota sobre a questão dos veterinários e disse que a Câmara Municipal não tem nos seus quadros um veterinário, acaba por ter um veterinário municipal o qual é obrigatório ter, e é o de Vila Nova de Cerveira e como é obvio, não estando cá permanentemente não consegue reagir tão rápido como se cá estivesse,



## Assembleia Municipal de Caminha

mas, o concurso encontra-se em curso, já terminou a fase de apresentação de candidaturas, seguidamente vai abrir a fase de se ver quem cumpre todos os requisitos para a candidatura e posteriormente dar-se-ão seguimento às outras fases. Quanto à campanha de esterilização que decorreu dentro do Orçamento Participativo, compreende-se as questões colocadas sobre uma proposta que foi aprovada e que deve ser implementada, e aquilo que o Senhor Presidente esclarece é que as regras dentro daquilo que é o Orçamento Participativo, é aprovar uma medida que foi avaliada e orçamentada para inserir no plano e orçamento do ano seguinte, ou seja, este é o procedimento em cada ano, e essa medida será implementada já no próximo ano.

Relativamente às questões que a Senhora Patricia Moreira colocou, disse o Senhor Presidente que uma vez que não se encontra ali deixa para outra altura.

Quanto à intervenção que a Senhora Christine Pereira fez, o Senhor Presidente agradeceu as palavras, o incentivo e o apoio, e refere que como é natural deve-se acautelar uma atenção especial àquela que é a camada mais jovem da nossa população que tem alguns anseios e aspirações próprias, mas, também dificuldades que tem que saber enfrentar, logo, do ponto de vista do executivo o importante é colocar todos a conversar, associações, institutos e tudo aquilo que tem a ver com a própria ação política, todas as juventudes partidárias que terão assento neste órgão e poderão debater algumas matérias de interesse para o nosso Concelho.

Agradeceu e retribui o Senhor Presidente os cumprimentos ao Senhor Deputado Rui Taxa, incluindo as felicidades ao exercício do seu mandato, mas, o Senhor Presidente dá nota de algumas discordâncias que são normais e que se irão repetir ao longo deste mandato. Quanto ao orçamento que já deveria ter sido apresentado disse o Senhor Presidente que existe um prazo, o qual está a ser cumprido, que são três meses após a tomada de posse o qual poderá ser apresentado até mais de metade do mês janeiro, e



## Assembleia Municipal de Caminha

também não seria bom apresentá-lo agora, porque acabaria por engrossar esta extensa ordem de trabalhos; deu nota também o Senhor Presidente que as Juntas de Freguesia não estiveram representadas no congresso da Associação Nacional de Municípios, apenas esteve o Senhor Luis Mourão e ele, ou seja, estiveram eles os dois em representação do Concelho de Caminha.

Relativamente ao Senhor Deputado João Filipe Lages, disse o Senhor Presidente que o Senhor Vereador já lhe respondeu.

Relativamente à Senhora Deputada Paula Aldeia, o Senhor Presidente saúda-a, bem como a todo o Partido Socialista e felicitando-o por uma vitória tão clara nestas eleições, esperando que o Partido Socialista contribua nesta Assembleia com aquilo que é necessário fazer para o Concelho de Caminha, dar um contributo positivo e saber destriçar aquilo que é o essencial do acessório e poder fazer uma política positiva, neste órgão, porque, aquando da campanha eleitoral deu para perceber que as pessoas acompanham estas sessões e foram tirando as suas ilações e muitas vezes escolheram o seu voto por aquilo que ouviram e pela forma de debate, logo, é importante que se possa ter um Partido Socialista que apoie o executivo forte, opinativo, mas, também uma oposição forte, com uma posição construtiva, que torne mais forte o executivo.

O Senhor Presidente saúda também o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e disse que colocou ali várias questões há Assembleia Municipal, mas, se for do entendimento do Senhor Presidente da Assembleia e dos Senhores Deputados, no site do município que está em remodelação, poder-se-á encontrar soluções para que as pessoas tenham acesso à documentação. Quanto ao projeto piloto cadastro florestal disse o Senhor Presidente que é uma boa medida, onde Caminha está de facto na vanguarda, e deu nota que a georreferenciação é feita na Conservatória do Registo Predial e Civil de Caminha, e é feita através da disponibilização de três funcionários da Câmara, que não estão em permanência no local,



*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

quando são solicitados vão lá, consoante as necessidades estão no local, até podem lá estar dois ou três dias. Os técnicos que estão neste serviço têm que possuir formação específica em georreferenciação, estes três técnicos não foram especificamente escolhidos, são aqueles que tem formação nessa área; informou ainda o Senhor Presidente que a georreferenciação é feita perante os proprietários, ou, poderá também ser feita com alguém que esteja em sua representação. Disse ainda o Senhor Presidente que podem fazer esta georreferenciação com pessoas que alegam ser proprietários, mas, esta esta georreferenciação não é um documento final, é apenas uma amostragem e no final ver-se-á se existem zonas de conflito entre algumas matérias; os técnicos fazem esse trabalho na Conservatória, mas, estão preparados para que a partir de janeiro já o possam fazer através da carrinha móvel, que irá circular por todo o Concelho, o registo será gratuito durante um ano, de momento é facultativo, mas, passará a ser obrigatório e pago. Referiu ainda o Senhor Presidente que ainda está longe de se alcançar essa meta que traçou dos 95% dos registos efetuados, essa meta estabelecida tem a ver com o simples facto de 5% do território do Concelho de Caminha estar registado na matriz e Conservatória, logo, o objetivo seria em se fazer tudo, apesar de ser um objetivo um pouco ilusório de se alcançar, contudo, apesar do número de registos que tem entrado ainda não tem sido o suficiente, pelo que, apela a todos se mobilizem, esta é uma questão estrutural, as pessoas ainda não sabem aquilo que vai acontecer, e por isso a questão de andar a carrinha pelas freguesias vai ajudar para que se possa explicar às pessoas aquilo que se pretende fazer.

Quanto às propostas que apresentou sobre o Nó da Erva Verde, disse o Senhor Presidente que fica o registo, sendo que algumas os obriga a uma avaliação completamente diferente daquilo que se pretende fazer das vias principais, nomeadamente a transformação da nacional 13, que atravessa Vila Praia de Âncora como uma avenida, aliás, o mesmo que se pretende



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

fazer em Caminha na Marginal, junto ao Rio, ou seja, terá que se desclassificar a via, deixa de ser das Estradas de Portugal passa para a Câmara Municipal, ou seja, vai transformá-la numa avenida, referindo que este é um caminho inelutável dentro do contexto das vias que se tem no Concelho, e isso é aquilo que está a acontecer em cidades de media dimensão, ou seja, estes são objetivos que serão para cumprir ao longo do tempo, afirmando o Senhor Presidente que em Caminha está mais perto de se cumprir esse desidrato do que dentro do contexto de Vila Praia de Âncora, até, porque se trata de um atravessamento um pouco diferente daquele que acontece em Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que até final do ano através do Senhor Vereador a financiamento a concretização da ecovia junto da Marginal, desde o posto náutico de Caminha, até ao estaleiro do "Quintas" e a realização dessa ecovia não vai fazer crescer o espaço de passeio para o rio, será para dentro, ou seja, para a estrada nacional, o que significa que estrada terá de ser desclassificada, onde haverá algumas alterações, como as vias mas estreitas, menos limite de velocidade, ou seja, existe ali o propósito de construir um boulevard, uma avenida a atravessar aquela zona.

Relativamente à ecovia, refere o Senhor Presidente que partilha da mesma preocupação sobre algumas matérias nomeadamente em Vila Praia de Âncora, quanto a uma ocupação, o que lhe parece que seja ilegal, apesar de não possuir provas para o poder afirmar de uns espaços privados, pois não pode afirmar que essa matéria esteja a qualificar aquela obra e espaço natural, pois, trata-se de uma matéria que terá de ser acompanhada com algum cuidado com cada um dos proprietários que possa ser afetado.

Por fim o Senhor Presidente agradeceu mais uma vez todas as propostas que ali deixou o Senhor Deputado, mas, relativamente ao Centro de Ciência Viva, não quer dizer que não seja uma boa proposta, mas, no momento não é aquele que está no topo de todas as prioridades, porque, existem outras que tem que ser acauteladas, como aquelas que foram inscritas no



*J. P. E.*

## Assembleia Municipal de Caminha

programa eleitoral do executivo, ou seja, esses não são temas que estarão esquecidos, nem são más propostas, mas, terão que esperar o seu tempo, tendo em conta aquilo que são os orçamentos e prioridades e logo, se verá se um dia existe a possibilidade de as concretizar.

Por fim o Senhor Presidente nesta primeira intervenção agradeceu todas as questões e saúda-os mais uma vez naquele espaço da democracia, aquele que é o espaço mais importante e elevado do debate político e democrático no Concelho de Caminha, reencontrando caras conhecidas dos últimos quatro anos e encontrando caras novas com vontade de trabalhar para o Concelho.

O **Senhor Presidente da Mesa**, concedeu período de réplica de 3 minutos para cada grupo municipal.

O **Senhor Deputado João Lages**, referiu ao Senhor Vereador que esta questão do herbicida não deve ser passada com leviandade e com este olhar ligeiro, e permita que o corrija em algumas questões, sendo uma delas, que parece que se vai morrer da cura, mas, não morrerá a háquea uma vez que conhece bem a zona, neste momento o meio empregue foi ineficaz a espécie invasora retomou o seu caminho, com a exceção das outras espécies autóctones, ou seja, não parece que este seja o meio adequado para a irradicação desta espécie, para além disso, não se trata de se ser mais verde ou menos verde, apenas se trata de uma preocupação séria e honesta sobre uma matéria atual, até, porque, quando se diz que o roundup não é proibido isso é uma verdade, e até mesmo a sua licença foi renovada em alguns países da Europa por mais cinco anos, mas, incontornavelmente os seus efeitos cancerígenos estão aí, são de conhecimento público e as suas consequências também, contudo, sugere o Senhor Deputado que sejam utilizados outros meios alternativos, e que não se volte a cometer esta calamidade pública, e este atentado quer a biodiversidade, quer à saúde





## Assembleia Municipal de Caminha

pública de todos, pela propagação da partículas cancerígenas do roundup. Refere ainda o Senhor Deputado que tem consciência que esta medida tenha sido tomada sob a alçada do IFAP e ICNF, mas, solicita ao executivo e a todos os agentes políticos uma consciência crítica e preocupada, e que não se permita que este tipo de medidas se voltem a repetir, que sejam combatidas com determinação.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que neste tempo de réplica incluiria um esclarecimento, otimizando o tempo da sua intervenção. E disse então que o Regimento da Assembleia Municipal de Caminha está muito bem preparado no que concerne à intervenção do público, e que de facto para os Senhores Deputados acaba por ser também constrangedor, porque os munícipes vão ali fazer as suas intervenções e inevitavelmente olham para a assembleia; os deputados também sentem vontade de falar, só que as perguntas não lhes são dirigidas, o que cria então um problema grave. Isto porque as pessoas olham os eleitos não lhes dirigindo nenhuma questão, mas, também é uma verdade que o executivo camarário não pode responder a qualquer intervenção, porque, essa intervenção deve ser dirigida à assembleia. Mas, disse, esse problema pode ser resolvido se existir uma mensagem mais pedagógica ao longo de todas as intervenções, e a CDU assim o tem feito, sobretudo para que o público em geral utilize e bem aquelas que são as reuniões de Câmara fazendo aí as suas intervenções e interpelações diretas ao executivo camarário para que possam de facto ficar esclarecidos e levar à Assembleia Municipal usando a oportunidade que tem de ali ter todos os eleitos municipais, os quais também podem exercer uma ação fiscalizadora sobre o exercício da Câmara Municipal de Caminha. Mas, refere o Senhor Deputado, que mais importante que se exercer esse exercício de fiscalização, seria ainda mais importante haver a oportunidade de todos juntos encontrarem as melhores



## Assembleia Municipal de Caminha

soluções dentro da Assembleia Municipal de Caminha dignificando os trabalhos que os deputados vão fazendo.

Para terminar, disse o Senhor Deputado que desde 2001 que defendem a desclassificação da EN13 no atravessamento em Vila Praia de Âncora, podendo simplificarmente chamar-se-lhe Avenida, e, por considerar que o Sr. Presidente da Câmara não se recordará dessa época, recordou-lhe que sempre falaram, no passado, sobre a desclassificação da via, as pessoas entendiam mal aquilo que lhes era proposto pelo CDU, e então esta força partidária passou, ao longo do tempo, da ignorância absoluta, sem sequer haver reação ao que ali diziam, até chegarem a passar pela fase do riso a seguir às suas intervenções, registando-se, no último mandato, que se passou a dar alguma atenção, e hoje, refere o Senhor Deputado, é com muito mais agrado que recebem o posicionamento do executivo, que já lhes fala num futuro, e só se desejando agora que esse futuro fosse já amanhã, porque Vila Praia de Âncora ganharia muito, como Caminha, com a desclassificação da via e a transformação daquela via para usufruto das pessoas, dignificando e embelezando o local, ou seja, como se pode já ver na intervenção do Nó da Erva Verde, que ao se mexer nessa vias, transformámo-las em algo muito mais utilizável pelas pessoas. E particularmente em Vila Praia de Âncora, onde existe um corte, uma cicatriz, que divide a Vila a meio, seria de muito bom tom que agilizassem este processo e a sua concretização fosse uma realidade já amanhã.

### **3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que como todos sabem, e todos aqueles que frequentam estas sessões das Assembleias Municipais, tem-se



## Assembleia Municipal de Caminha

apercebido que ele neste ponto da ordem de trabalhos tem sempre desmascarado a forma como a dívida tem galopado, nestes últimos anos, principalmente desde 2015. Refere o Senhor Deputado que em setembro estava nos 7 milhões, e neste momento já está nos 8 milhões 164 mil euros, julga o Senhor Deputado que se está completamente falido, e se se continuar assim, iremos ter a troika entre nós, vivendo-se uma situação desagradável, até mesmo para quem dirige a Câmara.

Contou ainda um episódio o Senhor Deputado que se tinha passado com ele na altura da campanha eleitoral, por causa da maneira em que cada pessoa entende a dívida da Câmara, e refere que um Senhor se dirigiu a ele e perguntou-lhe se ele ia ganhar as eleições, e respondeu que sim, mas, o Senhor disse-lhe que seria melhor o PSD perder as eleições, porque com uma dívida de 7 milhões os Senhores não vão conseguir fazer nada, porque, vão estar 4 anos a tentar regularizar o estado financeiro da Câmara Municipal, tudo que estão a prometer, não o vão conseguir fazer, e ainda referiu que o Concelho de Caminha deveria votar em massa no Dr.º Miguel Alves, e, desse modo, ele terá de pagar a dívida que fez.

Por fim disse o Senhor Deputado que para uns é uma vitória expressiva, para outros tem uma leitura completamente diferente, mas, seja qual for o caso, na verdade 8 milhões 164 mil euros é muito dinheiro, pelo que, pede o Senhor Deputado ao executivo liderado pelo Dr.º Miguel Alves que tenha atenção a estes números, e que rapidamente começasse a corrigir o nosso défice, porque, desta forma iremos ter a troika e isso não é desejável. Fica o pedido.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:



## Assembleia Municipal de Caminha

“Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves, muitos parabéns pela inauguração da empreitada de requalificação do Nó da Erva Verde - 2.ª fase, em Vila Praia de Âncora, que decorreu há poucos dias, com a presença do Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel. Esta obra é:

- uma obra com grande expressão económica, feita integralmente com verbas do orçamento da Câmara Municipal;
- um investimento que não teve apoios comunitário;
- uma intervenção de grande envergadura numa zona central de Vila Praia de Âncora.
- uma obra de atratividade a novas pessoas, a novos empreendimentos;
- Importante para o desenvolvimento de Vila praia de Âncora;
- elimina o conflito existente entre a rua Miguel Bombarda, a rua Lourenço da Rocha e a Estrada Nacional n.º 13.
- Importante para o dia a dia das pessoas de Vila Praia de Âncora.

O Nó da Erva Verde era uma zona degradada, marcada por deficiências a vários níveis, incluindo as infraestruturas básicas.

Neste momento esta zona tem todas as infraestruturas dignas de uma terra desenvolvida e um arranjo urbanístico muito simples que a torna muito bonita.

Esta é, sem qualquer dúvida, uma obra muito importante para Vila Praia de Âncora e para o concelho de Caminha.

Sr. Presidente Dr. Miguel Alves, Esta Obra têm o apoio inequívoco de:

- Vila Praia de Âncora;
- o apoio de todos os moradores das redondezas;
- de todos aqueles que, longe do local padeciam do deficiente escoamento de águas pluviais;
- do comércio que tem novas bolsas de estacionamento;
- e satisfaz a população de Vila Praia de Âncora.



## Assembleia Municipal de Caminha

Quero deixar uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido, particularmente, pelo Vereador Guilherme Lagido, um grande Ancorense, que tanto se empenhou e empenha neste projeto e em tantos outros projetos cruciais para Vila Praia de Âncora e para o concelho de caminha. Em meu nome pessoal e como deputado municipal eleito pelo Partido Socialista dou-lhe os parabéns, Sr. Vereador, por mais este excelente trabalho, em prol de Vila Praia de Âncora e do Concelho de Caminha.

Uma palavra de apreço também aos técnicos e colaboradores da Câmara Municipal de Caminha que demonstraram grande qualidade na execução deste projeto, estão por isso também de parabéns.

Um bom natal e feliz ano novo, com muita saúde para todos.

Bem hajam.”

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:

“Quero iniciar a minha primeira intervenção nesta Assembleia com o agradecimento a todas as pessoas do nosso concelho que deram o seu voto de confiança na lista do Partido Socialista para a Assembleia Municipal, que, de forma explicita, elegeram um grupo de pessoas composto por gente experiente e por gente jovem, homens e mulheres, que acredito representarem bem o nosso território e a sociedade que a compõe.

Acredito que o resultado reflete os rostos que estiveram nesta lista.

Da mesma forma quero agradecer aos que reconhecem o meu papel ativo na comunidade e me deram oportunidade de o fazer com a participação no órgão máximo do concelho, a Assembleia Municipal.

Obrigado Dr. Miguel Alves, Obrigado Dr. Guilherme Lagido, pela transmissão de todo o conhecimento político e técnico, assim como o valor pelo trabalho.



## Assembleia Municipal de Caminha

Quero também dar os parabéns aos novos vereadores eleitos, em especial ao Rui Lages e à Liliana Ribeiro. Desejo-vos um ótimo trabalho em prol da nossa terra.

Relativamente ao ponto da Ordem do Dia...

Passaram apenas dois meses do início do atual mandato do executivo e em pouco tempo o concelho de Caminha recebeu ótimas notícias.

A continuidade das iniciativas, a execução de intervenções e a inauguração de obras, aqui referida, demonstram bem que há quem promete e cumpre.

Mas quero salientar três que têm especial importância para o nosso concelho e que nos coloca na linha da frente relativamente ao panorama nacional.

Caros Deputados,

A Fibra Ótica chegou ao nosso Concelho.

Este investimento tem uma enorme importância nas nossas vidas, na medida em que facilita a maior conectividade entre todos.

Um concelho que se encontra na linha da frente, relativamente à tecnologia, é sinónimo de criar novas oportunidades para as pessoas e para as nossas empresas e, porque não, para atrair novos investimentos.

A instalação da Fibra Ótica vai custar cerca de 1 milhão de euros.

Devido a esta visão futurista a Câmara Municipal de Caminha investe 100 mil euros e teve a competência de encontrar o investidor que completa o restante valor.

É para nós um orgulho ver um compromisso assumido por Miguel Alves há alguns meses ser cumprido. É um orgulho duplo ver cumprir-se mais rápido do que o prometido.

Relativamente ao rio Minho, o canal de navegação e a frente ribeirinha de Caminha têm finalmente obra.

Foram quarenta anos de espera.

Muitos já não acreditavam.



## Assembleia Municipal de Caminha

A obra está a acontecer e na passada sexta feira recebeu Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Dr. João Pedro Matos Fernandes.

Os pescadores, que aguentaram e sofrem na pele as agruras da profissão, veem melhorar as suas condições de trabalho.

Com o desassoreamento do canal de navegação e a modernização do cais vão ter condições de segurança. Ao mesmo tempo as areias do canal servem para reforçar o cordão dunar entre o Camarido e Moledo.

Meio milhão de euros na “Alimentação dos Sistemas Dunares” e 900 mil euros na “Requalificação da frente ribeirinha de Caminha”, conseguidos através de financiamento comunitário, demonstram bem o papel político deste executivo, que foi decisivo para que o Governo desse a atenção merecida aos pescadores e a todos caminhenses.

Por último, mas não menos importante, quero referir o mítico Festival de Vilar de Mouros.

Já há datas – 23, 24 e 25 de agosto do próximo ano.

Já há algumas bandas anunciadas e na passada quinta feira foram colocados os bilhetes do festival à venda! É assim que gostamos de ver trabalhar. É desta forma que se ganha espaço no mundo da concorrência nos festivais de verão e estou convicto que 2018 terá o melhor festival de Vilar de Mouros dos últimos anos.

O festival fénix, como já foi chamado, renasceu das cinzas e promete continuar com a identidade única que o distingue de todos os outros.

Parabéns pela aposta acertada, parabéns pelo trabalho conseguido.

O Concelho de Caminha está na linha da frente, com ambição de crescer e de mostrar a sua autenticidade.

Tenho dito.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que estas últimas duas intervenções vêm de acordo com aquilo que está explanado na última informação do executivo. Mas, também existiu uma grande preocupação no



## Assembleia Municipal de Caminha

final do mandato anterior de se fazer um exercício de continuidade, ou seja, ficou claro que não se queria dar uma nota de final de ciclo, como inaugurar obras em cima das eleições, essa não foi uma preocupação do executivo municipal, sabia-se que as obras estavam a ter a sua própria dinâmica, e aquilo que se vive hoje durante estes dois primeiros meses de mandato é exatamente a continuidade dessa mesma dinâmica, tudo aquilo que tem a ver com essas matérias, nomeadamente, as obras ali mencionadas como o Nó da Erva Verde, a qual foi trabalhada com muita tranquilidade, existindo aliás a preocupação dos empreiteiros em terminar a obra em setembro no mês das eleições, mas, aquilo que sempre lhes foi transmitido é que a obra fosse acautelada, ouvindo a população e acautelando os bons contributos das pessoas, e isso foi aquilo que veio a acontecer. Disse ainda o Senhor Presidente quanto ao Festival de Vilar de Mouros, que aí está ele, com a sua continuidade, como refere o Senhor Deputado Filipe Fernandes este poderá ser a melhor edição deste ciclo, neste exercício de crescimento que se tem vindo a fazer juntamente com a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e com todos aqueles que o apoiam, refere ainda o Senhor Presidente que está garantido o financiamento da parte da EDP, e todos aqueles complementares. Porém, disse ainda o Senhor Presidente que foi algumas vezes interpelado pelas pessoas, para saberem quando é que se saiam as bandas, e aquilo que respondia, as bandas só podem ser anunciadas quando estão pagas, no entanto, para este próximo ano com todo o trabalho que tem sido realizado ao longos destes três anos para recuperar um festival, que esteve tristemente afastado do nosso território, do nosso panorama musical durante muitos anos; porém, já existe uma maior resposta, ainda não se atingiu a capacidade ótima, mas, de certeza que este ano o Festival vai ser melhor do que dos anos anteriores e assim sucessivamente, e aos poucos o Festival vai ser levado para o lugar que deve estar. Informa ainda que para a semana os bilhetes já estarão á venda, no Concelho de Caminha, nos dois postos de turismo.





Handwritten initials in blue ink, possibly 'Jd' and 'Z'.

## Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que a Polis Litoral Norte irá terminar no final deste ano, como já deveria ter terminado por força das decisões que foram tomadas muito antes, e como todos sabem o Município de Caminha só nestes últimos quatro anos é que pode fazer obra, até 2013 não havia um cêntimo investido da Polis aqui no Concelho de Caminha, ou seja, não havia nenhuma obra da Polis Litoral Norte e neste momento entre a obra executada e a que está em realização no Município de Caminha, existe um investimento na ordem dos quatro milhões de euros, porém, a partir de 01 de janeiro a Polis Litoral Norte entra em liquidação, e os três municípios que ainda estão a executar obra estão a negociar com o governo para se encontrar uma solução, um eixo de financiamento distinto, inclusive uma forma de trabalhar em conjunto com os técnicos da Polis Litoral Norte que deixaram de o ser, para se poder concretizar as proposta e os desafios que ainda se tem.

Relativamente à fibra ótica disse o Senhor Presidente que chega por interesse económico e comercial daqueles que fazem a fibra ótica, mas, também pela iniciativa da Câmara Municipal de procurar essa solução, e de investir, porque também tem investimento municipal, trata-se de um investimento pesado, contudo, é um investimento que leva a uma grande parte população, apesar de não chegar a toda a população, pois, neste momento é impossível a conjugação do fator investimento da Câmara Municipal com o fator interesse comercial, este investimento estará pronto no final do primeiro trimestre do ano 2018, serão contempladas dentro da mancha da fibra ótica um conjunto de freguesias, cerca de 70% da população o que é muito mais daquilo que acontece noutros Concelhos, porque, em muitos Concelhos não há fibra ótica e onde existe é muito menos a área de inclusão.

Para finalizar, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa disse o Senhor Presidente que existe uma matéria que tem sido muito utilizada nestes últimos anos, que tem a ver com desmascaramento dos



## Assembleia Municipal de Caminha

números da Câmara Municipal e da dívida, mas, o Senhor Deputada não desmascara nada, porque dos números que está a falar são aqueles que o executivo na sua informação escrita coloca, ou seja, é exatamente o número da fatura emitida e não paga, a qual é diferente da dívida, pois, essa é uma confusão que vêm algum tempo ao encontro de um desconhecimento por parte da bancada do PSD sobre esta matéria, ou seja, uma fatura que seja emitida no dia anterior ao momento em que o executivo envia a informação escrita, essa fatura já está contemplada nesse montante e isso não significa que seja dívida, porque essa fatura só vai vencer passado um conjunto de dias, logo, existe um fator importante nesta informação prestada, porque o executivo nunca escondeu os números e nunca ali foi o PSD dizer que o executivo estava a esconder, ou, a camuflar números, porque o executivo sempre foi transparente e colocou os números à face de todos, e julga o PSD que vai ali fazer uns papeis interessantes, com os documentos que o executivo envia, mas, existe uma diferença substantiva para aquilo que se passava em anos anteriores, em que todos andavam a adivinhar aquilo que não estava escrito, as faturas que não estavam registadas, na dívida que não estava contabilizada, qual era a verdadeira situação da Câmara, hoje, todos sabem desde sempre de qual é a verdadeira situação da Câmara, ou seja, nunca ouviram dizer o Presidente da Câmara que o Município estava com uma boa situação financeira. Disse ainda o Senhor Presidente que aguarda com alguma expectativa que o PSD entre neste novo mandato, com um ciclo construtivo de oposição, e aguarda pelas propostas do PSD para o orçamento municipal para se baixar a dívida e a despesa da Câmara Municipal; espera o Senhor Presidente com esse contributo para que se possa baixar a despesa, porque, ir ali proferir isso, e depois propor aumento às associações, aumento para as transferências para as freguesias, aumento das transferências para cultura e desporto, incremento de novos subsídios, o aumento do quadro pessoal, ou seja,



*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

desse ponto de vista não é suportável, contudo, o executivo fica a aguardar pelo contributo.

Disse ainda o Senhor Presidente que ouviu ali uma explicação o mais original que alguma vez ouviu em democracia para uma vitória e uma derrota eleitoral, ou seja, vem lá no fundo quem ganhou as eleições foi o PSD, porque, as pessoas ao não votarem no PSD, votam contra o PS, e elegem o PS, para que esse sofra as agruras da gestão municipal, ironicamente, o Senhor Presidente refere que viu nos seus comícios um conjunto de cidadãos que não gostavam do PS, mas, que os apoiavam para serem castigados, com o exercício de poder e com a renovação de mandato, e nessa perspetiva o PSD ganha as eleições, mas, quem ganhou foi o PS porque as pessoas votaram contra o PS, em conclusão, refere o Senhor Presidente para que o PSD ganhe assim e por muitos longos anos as eleições, que eles lá estarão para exercer o seu mandato.

### **b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 04 de setembro 2017**

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 04 de setembro 2017”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

### **c) Aprovação da ata da sessão de 21 de outubro de 2017**



## Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão de 21 de outubro 2017**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 05 abstenções, devem-se ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

A **Senhora Deputada Marlene Silva**, disse que a sua abstenção e dos seus colegas se deve ao facto de não terem estado presentes.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que a sua abstenção e dos Senhores Deputados do PS se deve ao facto de não terem estado presentes na tomada de posse.

### **d) Plano Estratégico de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia (Vila Praia de Âncora)**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Plano Estratégico de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia (Vila Praia de Âncora)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



## Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea h), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Plano Estratégico de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia (Vila Praia de Âncora)”.

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:

“Parabéns pela vitória, pela eleição e desejar ao grupo uns bons 4 anos de trabalho.

O Plano Estratégico de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia, em Vila Praia de Âncora, apresentado publicamente nos passados dias 22 e 27 de novembro, representa para as duas localidades uma oportunidade única de desenvolvimento e melhoria dos espaços urbanos e patrimoniais.

Com o financiamento do Norte 2020, as atuações de cerca de 1.6 milhões de Euros, aproximadamente 600mil Euros na zona do Centro Histórico de Caminha e quase 1 milhão de Euros na zona da Sandia em Vila Praia de Âncora, possibilitará o arranjo e o melhoramento de ambas as zonas.

No caso de Caminha, o Plano prevê as atuações na zona nobre da vila, o seu centro histórico, com incidência na Rua Direita, na Travessa do Tribunal, na Rua de São João, no Largo do Turismo e Largo Fetal Carneiro.

Estas artérias verão os seus pisos renovados e nivelados, o mobiliário urbano atualizado nas zonas em que já existe ou colocado naquelas em que não, as infraestruturas melhoradas e ampliadas, alterando-se algumas das dinâmicas que estas zonas atualmente possuem. Pretende-se que os locais



## Assembleia Municipal de Caminha

e os que nos visitam, desfrutem de um centro da vila aprazível, acessível a todos, convidativo, que emoldure de forma meritória e adequada as construções e o património que possuem os Caminhenses pelas suas ruas e largos, gozando ainda de melhores condições para as práticas comerciais, de esplanada e qualquer evento ou atividade que se queira levar a cabo no renovado centro Histórico, em especial no Terreiro de Caminha.

Numa altura em que a vila ressurge, ou antes, se reafirma na Oferta Turística do Norte Português, e que recebe diariamente dezenas de peregrinos pelo caminho da Costa, o seu Centro Histórico e o seu património apresentar-se-á fresco e marcante, permanecendo na memória de quem o visite e de quem dele usufrui.

Já no caso da Sandia, em Vila Praia de Âncora, a população da zona vê, nesta operação, respondidas as suas reivindicações de décadas. O 'caos urbanístico' que se verifica atualmente pelo crescimento descontrolado ao longo dos anos, com falta de acessos e arruamentos dignos, e a problemática das inundações de quintais e casas, especialmente no Lugar da Boa Vista, agravada pela construção da variante à EN13 e o acesso à A28, serão solucionados.

Nesta estratégia, a intervenção foi dividida em três grandes momentos: Reabilitação do Espaço Público da Sandia (Espaço Público), Reabilitação da Rua Luís de Camões e envolvente (Espaço Público) e Melhoria das condições de Acessibilidade para Todos da Sandia (Espaço Público).

Nesta área de pouco mais de 19 hectares, propõe-se reabilitar as principais artérias urbanas degradadas, revendo os trajetos de circulação, pavimentos e infraestruturas urbanas, possibilitando uma melhor mobilidade a todos os seus utilizadores, não esquecendo a implementação dos espaços de forma a que todos os possam utilizar por igual, sejam ou não portadores de alguma mobilidade condicionada, salientando, por exemplo, o projeto da passagem pedonal sobre a EN13, de acesso à Rua 25 de Abril. Prevê-se ainda



*Handwritten signatures in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

contribuir para a requalificação dos espaços verdes e dos equipamentos abertos ao público.

De modo geral, com ambos os Planos, quer o do Centro Histórico, quer o de Caminha, será dada a possibilidade de investimento por parte dos privados nos seus edifícios, quer estes sejam de carácter habitacional ou de comércio. O acesso ao crédito poderá chegar aos 500 mil Euros, com juros muito baixos para os investidores. Assim poderá garantir-se a proteção e promoção do património construído e cultural de ambas as localidades, reabilitando os edifícios que se encontram atualmente degradados ou sem qualquer funcionalidade, podendo então e inclusive surgir novas frentes comerciais ou de pequenos negócios, bem como possibilitar o arrendamento através de programas como o ' Porta 65 ', contribuindo para que áreas desertificadas, como o centro Histórico de Caminha, sejam novamente habitadas e, preferencialmente, pelas gerações mais jovens.

Sendo alcançada a aprovação nesta Assembleia, será iniciado o processo de Concurso, prevendo-se o início das obras já para o próximo ano de 2018. São ainda de saudar as duas sessões de apresentação pública levadas a cabo por parte do Município, em plena fase de discussão pública dos Planos, possibilitando o conhecimento e a opinião dos locais em ambas as temáticas, abrindo a discussão e tornando o processo claro, aberto e participativo.

Os Planos Estratégicos de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia, em Vila Praia de Âncora, representam, por todas estes pontos e todos os que ficaram de fora, mas podem ser facilmente consultados, uma oportunidade ímpar e um ótimo presságio para o Concelho e em especial, para as duas localidades, garantindo o futuro dos espaços para o dia-a-dia, o comércio, o turismo e o lazer das gerações atuais e vindouras.

Aproveito a proximidade da quadra para desejar boas festas a todos!"



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“O Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que nos é trazido à Assembleia Municipal, tem estruturalmente algumas gralhas que convinha que tivessem sido corrigidas, uma vez que até os Vereadores do PSD vos alertaram para isso em reunião de Câmara.

Um documento desta grandeza e importância não pode ter gralhas tão rudes, como o nome de ruas incorreto e confundir vilas com cidades. Agradecemos que essas alterações fossem efetuadas, conforme os Vereadores do PSD já assinalaram, para que o documento possa ficar imaculado em questões básicas. Iremos aprovar este P.E.R.U., no entanto aproveitamos esta Assembleia para desafiar os nossos colegas Deputados Municipais dos vários quadrantes políticos para fazermos uma discussão alargada e séria sobre aquilo que queremos para o Centro Histórico de Caminha.

As bases estão lançadas com o P.E.R.U., mas agora é preciso pensar que não basta a obra, será preciso criar um conceito que dê vida à obra e que potencialize uma das maiores riquezas patrimoniais do nosso concelho. Pensar em questões como infraestruturar o centro histórico para que os eventos culturais possam realizar-se com condições.

Criar condições para que as pessoas possam morar, viver e divertirem-se no centro histórico.

Importa dar vida ao centro histórico.

Importa dar o salto qualitativo.

Importa repensar o centro histórico e, o PSD está aqui, com total disponibilidade para promover um debate sério e transparente com todas as forças políticas, habitantes, comerciantes e empresários para que da discussão possa sair a luz e o comprometimento geral para a melhor solução deste património do nosso Concelho.”





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção, e disse;

“Quando em 2010, em Assembleia Municipal, a CDU questionou o executivo sobre a situação do Nó da Cruz Velha, alertando para o prejuízo alarmante da ação sobre as linhas de água, aproveitando a oportunidade de aí se estar a desenvolver um aterro, não obtivemos, da parte da Câmara Municipal, liderada então pelo PSD, mais que uma informação de que essa obra estaria embargada. Sobre a nossa preocupação quanto ao canal de escoamento das águas pluviais proveniente da EN-13 e ramal de ligação à IC1/A28, nada! Quanto às garantias por nós exigidas de que não estivesse a ser invadida a linha de água, nada!

Serve este exercício de memória para justificar, pelo exemplo, que não é singular, porque a CDU ao longo de vários anos foi a força política que mais vezes exigiu a elaboração de planos de pormenor, sendo sempre ignorada pelo PS e PSD, mas dizia, que o exemplo serve para afirmar que é já antiga a preocupação da CDU com esta zona, uma área urbanizada sem cuidados, com a desatenção ao próprio PDM da altura. A oportunidade gerada com este plano de corrigir esta e outras situações, procurando dar nova vida urbana a um território que se está a alterar, por força das novas disponibilidades comerciais e habitacionais, merecem o nosso reconhecimento. No entanto há neste plano a assunção de uma predisposição dos munícipes que poderá não corresponder à realidade. Para tal é necessária uma ação sensibilizadora da Câmara Municipal de Caminha, que, pelo visto, não terá começado da melhor forma. Escolher a Casa do Benfica para apresentar este plano, quando dispõe de outros locais de uso público, foi uma inabilidade do executivo, que querendo, como difunde, promover a maior participação popular, terá, porventura, reduzido a sua inclusão nas decisões.

Por outro lado, e na sequência do que já referimos no Período de Antes da Ordem do Dia, a qualidade do material que nos foi facultado, impedem uma



## Assembleia Municipal de Caminha

melhor apreciação, sendo os elementos facultados em papel, a preto e branco, e os documentos em formato digital, a cores, mas de difícil leitura em alguns mapas e legendas, levando-nos a uma análise difícil.

No entanto, para gáudio do executivo, a necessidade de corrigir o que PS e PSD, ao longo dos anos, foram permitindo, é tão grande que sabemos ser positiva e urgente a ação deste plano. E que bom seria se com ela viesse o enquadramento urbano da EN13, como temos defendido, mais até porque este plano prevê a construção de uma passagem pedonal ciclável de acesso à Rua 25 de Abril, ligando-a à Rua Luís de Camões.

No que respeita ao Centro Histórico de Caminha, não falamos de uma novidade em absoluto, nem de um carácter corretivo semelhante ao que se passa na Sandia, em Vila Praia de Âncora. São outros os olhos que medem esta área e não pode a sua implementação ser feita de costas voltadas para o tecido comercial e a sociedade em geral. Há questões, como a do estacionamento, que importa atender criando verdadeiras alternativas antes de limitar o aparcamento em zonas habituais. Claro que a nova dinâmica poderá até entusiasmar uma fruição maior e com mais segurança, mas, do que nos foi possível ouvir da população, nem toda estará convencida de que as soluções previstas no plano são as melhores e as necessárias. Cabe ao executivo saber conduzir o processo da forma mais capaz de levar a bom termo o plano, não afastando, mas aproximando os que, agora, não se reveem nele.

Por fim, já em 2014, aquando da aprovação destas áreas, o tratamento foi conjunto, por isso se percebe que tenham repetido o procedimento. A aprovação de então deu-se por unanimidade, daí que também não será de esperar um desfecho diferente na votação de hoje, sobretudo porque o executivo camarário traz esta proposta no limite do tempo, deixando o ónus da não aprovação a esta assembleia, que, reprovando o Plano, deixaria cair por terra a decisão de 2014, caducando as áreas definidas. Este é um tratamento que não apreciamos, porque não pode o executivo, na alçada da



## Assembleia Municipal de Caminha

transparência que diz ter na relação direta com os munícipes, ignorar o órgão, que por força eleitoral, representa também todos os munícipes, e particularmente um órgão de determina, em certas matérias, como esta, a sua ação política na condução dos destinos do concelho. Esta matéria merecia ter sido discutida e aprovada há mais tempo.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que algumas das matérias que foram elencadas pelo Senhor Deputado Rui Taxa quanto à necessidade do executivo acautelar a realização de eventos, questões infraestruturais está precisamente vertida neste plano, trata-se de uma das valias deste plano, e aquilo que se pode discutir numa fase posterior será apenas se perceber as matérias aonde apenas saem as infraestruturas, aonde aparece o ponto de água, o ponto de luz, mas, de momento já se está numa fase muito avançada dessa temática, e estas matérias estão incluídas neste plano. Este plano é um trabalho ponderado, organizado e planificado para se poder ocorrer à limitação de financiamento que se tem do ponto de vista público daquilo que são as necessidades do Centro Histórico de Caminha, e da Sandia e Vista Alegre. Disse ainda o Senhor Presidente que este plano já se encontrava em condições de ser aprovada em meados de agosto, mas, como se estava em cima da campanha eleitoral, acharam que não era o momento para ir ali a sua provação, também, referiu que para o Centro Histórica o de Caminha foi elaborado dentro da dinâmica interna da Câmara, mas, para a zona da Sandia e Vista Alegre já foram consultores externos à Câmara Municipal, porque foi necessário acautelar todas as matérias, nomeadamente aonde passavam as infraestruturas de saneamento, água e etc.

Disse ainda o Senhor Presidente, relativamente a uma questão do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, quanto ao local escolhido ser a Casa do Benfica em Vila Praia de Âncora e os Bombeiros Voluntários de Caminha,



## Assembleia Municipal de Caminha

estas foram escolhas realizadas de acordo com a centralidade do próprio espaço, ou seja, no caso de Caminha estava ao lado do Centro Histórico e no caso de Vila Praia de Âncora, fez-se no espaço mais próximo das pessoas, e resultou, porque, aderiu muita gente em Caminha e em Vila Praia de Âncora para aquilo que é habitual para estas temáticas, e ao se escolher os locais houve a preocupação de se estar a trabalhar com uma população envelhecida, com problemas de locomoção e da época de inverno e até houve a preocupação do horário de reunião para os locais em Caminha foi às 21.30horas e em Vila praia de Âncora foi às 18.00horas, logo, o único espaço público que se encontrou o mais perto possível da zona foi a Casa do Benfica, e para o executivo não existem no Concelho de Caminha associações de primeira nem de segunda, ou seja, todas as associações são iguais tanto a Casa do Benfica, como a Casa do Porto ou os Bombeiros Voluntários, não se faz essa distinção, e ao não escolher a Casa do Benfica, ao cumprimento dessas regras aí estariam a fazer essa distinção, de todo modo, julgou o Senhor Presidente que teria o apoio do Partido Comunista dada a coloração específica, sem ser do agrado do Senhor Deputado, não foi possível, mas, julga que isso não estragará a unanimidade no voto desta proposta.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

### e) Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à “Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2017”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento de derrama de 1,5% e isenção da mesma para:

- 1) Empresas que tenham criação líquida de postos de trabalho;
- 2) Novas empresas com sede em Caminha e criadas no Município;
- 3) Sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 60.000,00€.

O **Senhor Deputado João Lages**, deu início à sua intervenção e disse que não poderia estar mais de acordo com o Senhor Presidente, no sentido de dizer que o PSD deve fazer parte da solução, e em coerência daquilo que ele ali vai dizer, que a Câmara Municipal não pode ser a principal empregadora deste Concelho.

Disse ainda o Senhor Deputado que o PSD não concorda com a aplicação do coeficiente máximo da DERRAMA, porque estrategicamente e num conjunto concertado de medidas que eles entendem essenciais ao desenvolvimento económico deste Concelho, isso deverá ser feito em determinados pontos fulcrais, e através de política de finanças locais dando sinais aos empreendedores que o Município está ao lado deles e que pretende que haja fixação de investimento neste Concelho, mas, com a fixação de coeficientes como estão lançados nesta DERRAMA dão um sinal contraproducente às empresas investidoras, que neste Concelho carece



## Assembleia Municipal de Caminha

essencialmente desse investimento para fixação de emprego e para que esse emprego não seja precário, seja perene, de qualidade, logo, não podem compactuar com esta política de finanças públicas locais, compreende que o equilíbrio entre a receita e a despesa é ténue, tem que ser criteriosa, e eles estão ali para fazer parte do debate, enriquecê-lo no melhor sentido e acatando todos os pensamentos em debate.

Contudo, o Senhor Deputado aproveita para lançar um desafio no sentido de se olhar para Concelhos vizinhos, como por exemplo o Concelho de Paredes de Coura, onde a fixação de empresas é uma política ativa do Concelho de um congénere do PS e faz-se por um lado através da política de finanças locais, pelo sentido de políticas de discriminação positiva e por outro lado através da captação de empresas fornecendo-lhes os terrenos a título gratuito, o qual pode verificar com uma empresa que já lá tem três polos, produz para um dos gigantes europeus do setor desportivo e foi com agrado que verificou que absorve grande parte da mão de obra daquele Concelho, aliás, parte da mão de obra que estava afeta a Vila Nova de Cerveira migrou para Paredes de Coura, uma empresa que é Espanhola, a qual conhece, referindo que a gestão da empresa é feita por quadros de Paredes de Coura, são duas jovens que gerem a gestão dessa empresa e parece-lhe absolutamente essencial reverter-se essa política de ser o Município o principal empregador e apelar-se para que as empresas se fixem criando zonas industriais capazes de sustentar essas grandes empresas que captem os nossos jovens que lamentavelmente migram ou imigram à procura de melhores soluções para o seu emprego.

A **Senhora Deputada Marina Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:



## Assembleia Municipal de Caminha

“Antes de mais desejar, nesta minha primeira intervenção no órgão magno de participação democrática, votos de um excelente trabalho, pautado pela liberdade de expressão, mas também pelo respeito e sobriedade que nos é devido no exercício destas funções.

Falarei neste ponto da ordem do dia, mas numa abordagem que engloba também os três pontos seguintes, pois não faz sentido falar de política fiscal de outra forma que não seja agregada, falar do sucesso das políticas públicas de um município é antes de mais falar da capacidade de transformar essas mesmas políticas em melhorias efetivas na vida de cada um dos munícipes.

Apesar da difícil conjugação da ação política do executivo com a situação financeira da autarquia, entendeu (e bem) o executivo continuar a apoiar as famílias e o comércio propondo a esta Assembleia Municipal a continuidade da política fiscal e o não aumento dos valores relativos ao IMI, ao IRS, à Derrama, com evidentes reflexos no nível de emprego gerado e nos níveis de consumo no município.

Assente numa lógica de recuperação de rendimentos e de maior justiça social, em 2018 o município coloca como prioridade a sustentabilidade financeira das famílias e da economia local, optando por formas alternativas de equilíbrio entre receitas e despesas do município.

Desde 2014, ano em que se iniciou a redução dos impostos municipais, que o município tem sabido contrariar um passado onde a justiça social e a justiça fiscal dificilmente fariam parte do léxico da ação governativa municipal.

Hoje, ação do executivo camarário é alcançada sem colocar nos cidadãos e agentes económicos um esforço excessivo para garantir receita nos cofres das autarquias, conciliando políticas publicas sustentáveis com a reposição de rendimentos.

Os nossos munícipes, que hoje beneficiam também de um contexto político nacional assente num tratamento fiscal mais justo, viram assegurada a



## Assembleia Municipal de Caminha

redução de impostos e vêm agora assegurada a necessária estabilidade e previsibilidade naquele que é o seu contributo para a coletividade.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal felicita o executivo pela política fiscal que tem vindo a manter nos últimos anos e congratula-se com a decisão de priorizar os nossos concidadãos e as nossas empresas, acompanhando esta decisão com o voto a favor nesta proposta.”

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este ponto está condicionado ao debate dos outros impostos que ali se vão debater e decidir, logo, esta é uma matéria que não pode estar dissociada como referiu a Senhora Deputada Marina Gonçalves do conjunto da receita fiscal, é ela que permite que a Câmara funcione, porque quase todas as Câmaras Municipais todas elas funcionam de três tipos de receitas, ou seja, as transferências do estado, os impostos que são cobrados como o IMI, IRS, IMT, DERRAMA, e todos os impostos que lhe estão associados e por fim os fundos comunitários que trás uma receita, mas, com a sua utilização também obriga a que haja despesa por parte da Câmara Municipal, logo, esta matéria não pode estar dissociada, e por isso saúda a intervenção da Senhora Deputada porque deu ali o enquadramento certo.

Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que não se pode fazer é exatamente aquilo que ali foi dizer o Senhor Deputado João Lages, porque, ainda há pouco se estava a debater a necessidade que a Câmara tem em controlar os seus custos e a sua despesa, contudo, no momento já não interessa em que exista DERRAMA e impostos sobre o funcionamento das empresas para o Senhor Deputado, mas, deve-se ter em conta que o Senhor Deputado chega atrasado à sua bancada, porque a sua bancada é campeã do aumento e da fixação de impostos altos, quer no Concelho de Caminha, quer em Portugal, logo, existe ali um desfasamento que vai ter que acautelar nas próximas reuniões que tenha com a sua bancada, porque, a bancada do PSD no Concelho de Caminha, nos últimos anos foi de facto a





*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

campeã dos impostos, sempre cobrou valores no seu máximo ou quase no máximo sobre as pessoas e sobre as empresas, e nos últimos 7 anos, o ano de maior saque fiscal às empresas no Concelho de Caminha foi em 2011 quando o PSD estava no poder e podia fazer o trabalho que ali propõe que se faça. Disse ainda o Senhor Presidente que nunca houve muito pejo em castigar as pessoas dos problemas que foram sendo criados, e por isso os impostos criados sobre o rendimento das pessoas sempre esteve em alta, e nunca se contou com o contributo das empresas, porque, existem empresas com realidades distintas, e se o executivo pede as pessoas para pagarem IMI, IRS e taxas, também se deve pedir um esforço às empresas para pagarem alguns impostos. Mas, não são todas as empresas, porque a proposta que ali está, é de pagamento de uma DERRAMA que isenta desse pagamento empresas que num determinado ano fiscal criem postos líquidos de trabalho, que essa empresa venha a sediar-se no Concelho de Caminha, ou, a ser criada no Concelho de Caminha, e, só paga DERRAMA as empresas que tenham um volume de negocio acima dos 60.000,00€/ano, ou seja, isenta todas aquelas pequenas empresas que fazem a sua vida com um volume de negocio baixo. Disse ainda o Senhor Presidente que se achou ali uma solução de impostos equilibrada, porque a Câmara Municipal necessita de receita, e porque a Câmara Municipal baixou o IMI e IRS duas vezes nos últimos 4 anos, logo é necessário ter uma solução equilibrada para a DERRAMA, e essa solução está ali, é uma solução que não afasta as empresas, porque a fixação das empresas de acordo com aquela que foi a argumentação dada pelo Senhor Deputado, faz-se pela capacidade que se tem de oferecer zonas industriais e terrenos, e pergunta o Senhor Presidente, como a Câmara Municipal pode oferecer terrenos se durante anos a Câmara Municipal nunca comprou terrenos, nem organizou uma área industrial para captar empresas, isso não pode acontecer, é outro tipo de trabalho. Mas, no momento está-se a falar da fiscalidade e a fiscalidade é equilibrada com esta proposta e manter-se-á.



## Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, refere o Senhor Presidente que esta DERRAMA que tem neste momento e de acordo com os últimos dois anos ronda uma receita de cerca dos 175 mil euros, será muito, ou, pouco, mas, para os mesmos que dizem que é muito, ou, pouco, não votam a favor desta DERRAMA, logo, esta é uma proposta equilibrada para o Concelho de Caminha e deve ser votada com o pensamento em todos os outros impostos que ali estão a ser apresentados e que mantem uma estabilidade fiscal que muitas vezes é mais importante para as pessoas e para as empresas do que verdadeiramente o seu valor do modo como ele afeta os bolsos e as contas das empresas.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 06 votos contra e 07 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **f) Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à “**Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



## Assembleia Municipal de Caminha

fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- **Prédios Rústicos 0,8%;**
- **Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,34%.**

**De acordo com a estratégia mencionada, propõe-se ainda:**

**Que haja redução até 50% da taxa do IMI a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural e outros imóveis reabilitados que detenham certificado de eficiência energética máxima.**

**Que se aplique a taxa de 0,5% aos prédios urbanos avaliados que se encontrem devolutos ou que configurem risco para pessoas e bens, de acordo com parecer da Proteção Civil Municipal, bem como prédios em incumprimento de obras coercivas.**

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“Quanto ao IMI para aprovação queríamos abordar a questão do IMI Familiar.

Mais uma vez o IMI familiar não é incluído o que muito lamentamos, ainda para mais, quando o OE 2017 fixou este valor por número de filhos.

A partir de 2017 as reduções que os municípios poderão aprovar em função do número de filhos passaram a ser fixas, tendo o valor de 20 euros para um filho, 40 euros para dois filhos e 70 euros para três ou mais filhos, ao invés do que vigorou em 2016: uma redução de até 10% para um filho, 15% para dois filhos e 20% para três ou mais filhos.

Se V. Exa. tivesse optado pelo IMI Familiar, estaria a dar um claro sinal às famílias com filhos do nosso concelho, que teriam um município ao seu lado pronto para as apoiar.

Já o ano passado com a aplicação da isenção das atividades de prolongamento de horário só às famílias com crianças no ensino público,



## Assembleia Municipal de Caminha

promoveu uma desigualdade entre famílias sem memória no nosso concelho. Há famílias que têm que usufruir das IPSS's do concelho no que diz respeito ao ensino pré-escolar, por uma questão de proximidade de casa, de horários mais alargados, porque as IPSS's também abrem aos sábados e os pais necessitam desta vertente porque trabalham e não encontram estas respostas no ensino público. Estas famílias foram claramente prejudicadas, ou diria mais, discriminadas face a outras.

Neste sentido, teria sido de bom grado que V.exa. pudesse ter beneficiados as corajosas famílias, que nos dias que correm, têm filhos, com a bonificação do IMI familiar.

Cerca de 70% dos municípios de todo o país já aplicam o IMI Familiar.

Cerca de 217 municípios apoiam claramente as suas famílias.

O município de Caminha continua a não o fazer. “

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **g) Participação Variável no IRS relativa aos Rendimentos do Ano de 2018**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à “**Participação Variável no IRS Relativa aos**



Handwritten initials in blue ink, possibly 'Jd' and 'E'.

## Assembleia Municipal de Caminha

**Rendimentos do Ano de 2018**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** se fixe em 1,5% a participação variável no IRS, relativa aos Rendimentos do Ano de 2018.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“A participação variável no IRS é uma das medidas que mais afasta o poder político das populações e do Poder Local. Por um lado, o Estado permite que cidadãos, no mesmo país, tenham uma obrigação fiscal diferente, mas para não ser o Estado o carrasco da desigualdade, transfere para os municípios essa culpa.

Por outro lado, penaliza os municípios, porque a prerrogativa do Estado é afinal encapuzada já que determina que os municípios percam receitas no valor igual ao que dispensam de arrecadar em sede de IRS. Ora, são municípios como o de Caminha que insistem em dar corpo a esta medida, permitindo, assim, a manutenção da situação.

O PCP e a CDU têm, nesta matéria, total coerência, já que sempre combateram esta prática. O município de Caminha mostra-se folgado para abdicar de receita, quando, na verdade, precisa dela; e o impacto sobre as famílias, por via da participação variável no IRS, é praticamente insignificante.

Finalmente, querer passar a mensagem de que quem não está de acordo com a medida é porque não deseja aliviar as famílias pela via fiscal, é uma justificação que limita o pensamento crítico e afasta a evidência da clarividência.



*Handwritten signatures in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

Por isso, ou 5% para todos os Portugueses, ou não contem com o PCP e a CDU para pactuar com esta medida que, mantemos, é de constitucionalidade duvidosa.

Disse”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 02 votos contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **h) Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à “**Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### i) Mapa de pessoal para 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à “**Mapa de pessoal para 2018**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** a aprovação do Mapa de Pessoal para 2018.

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:

“Quanto ao Mapa de Pessoal por si só, não temos muito a dizer, uma vez que estruturalmente se mantém como o de anos anteriores.

No entanto, reiteramos a importância do Veterinário Municipal, cuja vaga está por ocupar há demasiado tempo. Falamos de cerca de 4 anos sem este técnico nas estruturas municipais, sendo extremamente importante para



## Assembleia Municipal de Caminha

controle da Saúde Pública Municipal, nomeadamente no que diz respeito ao controle dos mercados municipais.

Verificamos também no mapa de pessoal várias licenças sem vencimento, não existindo vagas ocupadas. Gostaríamos de saber como estão a ser ocupadas estas vagas, no que diz respeito às funções respeitantes.

Acrescentamos também a não aplicação do SIADAP no Município de Caminha, mesmo após vários alertas feitos pelo PSD, que leva a que os funcionários da C.M.C., no caso de descongelamento de carreiras, não estejam propriamente em situação de igualdade para com outros técnicos da função pública, cuja avaliação foi sendo sempre feita.

Também aproveitamos para promover um momento de reflexão acerca do uso abusivo e recorrente das prestações de serviço a recibos verdes, que no caso da C.M.C. é assustador.

Desta forma estão a promover a precariedade do trabalho, sendo que nós defenderemos sempre a estabilidade labora.

Se fazem falta abra-se concurso e façam-se as coisas da forma legal! Contamos, à data da última informação fornecida, com cerca de 40 pessoas a recibos verdes que entraram no anterior mandato deste executivo e que se mantém.”

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que as pessoas que estão em licença sem vencimento na Câmara Municipal não têm o seu lugar fisicamente ocupado, nem ocupado no quadro, como é possível verificar, esse lugar mantém-se em aberto, precisamente acautelando a possibilidade de regresso de cada uma das pessoas com licença sem vencimento. Mas, na organização do serviço aquilo que aconteceu foi criar uma dinâmica diferente que através da distribuição diferente de pelouros se possa cumprir com cada uma das missões. Referiu ainda quanto à questão do veterinário, como já o mencionou está a decorrer o processo; relativamente aos prestadores de serviços são uma forma legal de contratação, mas, existem





## Assembleia Municipal de Caminha

razões para isso, porque para que haja hoje um conjunto de prestadores de serviços na Câmara Municipal dentro da ordem daquilo que ali referiu, foi, porque houve a necessidade de cumprir com algumas tarefas que não existia a necessidade de ter um funcionário a tempo inteiro, porque era impossível contratar para o quadro da Câmara Municipal, porque o executivo anterior do PSD, contratou dezenas de pessoas que tornaram impossível à Câmara Municipal abrir concursos para o quadro, e isso justifica que durante pelo menos três anos a Câmara estivesse impedida de contratar pessoas para o quadro.

Disse ainda o Senhor Presidente que saúda a ideia e o ar fresco dentro do PSD, ao colocar o PSD do lado dos defensores da estabilidade laboral, é algo novo, temos que nos habituar um pouco a esta linguagem nova do PSD, porque como é natural os partidos também se reciclam e se refrescam, e esta ideia de se poder apelar à estabilidade laboral, refere o Senhor Presidente que é algo que vai enrijecer a oposição dentro da Assembleia Municipal e dos partidos políticos que dela fazem parte.

Por fim, disse o Senhor Presidente que existe uma virtude nestes contratos de prestações de serviços, ou seja, os prestadores de serviços estão a cumprir com o seu serviço, respondendo a necessidades da Câmara Municipal, algumas delas são de facto temporários que não necessitam da subordinação jurídica relativamente à Câmara, refere ainda o Senhor Presidente que alguns destes prestadores de serviços têm vantagem de poderem ter a confiança do executivo municipal, mas, no momento em que o executivo se for embora estas pessoas também vão, porque estão ligadas a esta confiança política, o caso não aconteceu a dezenas de pessoas que entraram no quadro, que entraram num contexto político de confiança e por lá se manterão pelo menos 40 anos cumprindo com essa ligação e naturalmente com os reflexos que isso tem nos cofres do Município, ou seja, existem várias situações, e, isso justifica que este quadro de pessoal que se está ali a votar, o qual, é sensivelmente o mesmo quadro de pessoal que



## Assembleia Municipal de Caminha

tem vindo a vigorar durante estes anos. Refere ainda o Senhor Presidente que existem um conjunto de vagas que são colocadas neste quadro de pessoal, são vagas ligadas aos assistentes operacionais essencialmente, que visam acautelar a possibilidade de existir no ano de 2018 descentralização de competências do Governo na Câmara Municipal especialmente na área da educação, e hoje, já se cumpre muito através desses prestadores de serviços, tarefas do estado em cada uma das escolas que são fundamentais, desde a limpeza, cantinas e etc., e já se está a tentar criar uma margem dentro deste quadro de pessoal para se poder eventualmente abrir concursos públicos na área da educação (assistentes operacionais), não se sabe se se vai necessitar deles, mas, se se concretizar esta descentralização, apesar de não se saber qual o numero de concursos que se vão criar, fica acautelada essa matéria, porque se trata de uma matéria fundamental para o Município, e porque não se quer falhar. Disse ainda o Senhor Presidente que hoje existe um conjunto de prestadores de serviços nas escolas que estão a prestar um serviço importante em cada uma das escolas, e logo, que haja essa possibilidade no futuro, abre-se concurso público que sempre demorara como se tornou evidente no caso do veterinário.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo.

### j) Acordo entre a Câmara Municipal de Caminha e as Águas de Norte S.A

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de treze de dezembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Acordo entre a Câmara Municipal de Caminha e as Águas de Norte S.A”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim, nos termos do art.º 65.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos podem celebrar acordos de pagamento, e nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo autorize o “Acordo entre a Câmara Municipal de Caminha e as Águas de Norte S.A”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse;

“A proposta trazida agora a esta assembleia é uma reedição da de 2012, pautando bem o que aproxima PS e PSD nesta matéria. Sempre contra a vontade o PCP e da CDU, estes partidos foram permitindo a construção de um império das águas, um governo de um bem essencial à vida, e que ano após ano se torna mais caro, mais inacessível e com maior facilidade em levar o cidadão à privação. Em Caminha, este percurso iniciou-se com o PS na liderança do município, apoiado pelo PSD. Gradualmente perdemos os nossos SMAS para ficarmos na dependência da Águas do Minho e Lima, Águas do Noroeste e agora da Águas do Norte, num monopólio crescente e



## Assembleia Municipal de Caminha

que prevê a futura privatização da água. Pelo executivo camarário passou PS, PSD e novamente PS. Na constituição da Câmara Municipal de Caminha, estiverem sempre PS e PSD, e por isso de nada vale que estes partidos venham agora ilibar-se de culpas. Quando em 2012 se fez o acordo com a Águas do Noroeste, a Câmara Municipal era então liderada pelo PSD, e a situação de dívida, aquela que inicia este processo do qual não sairemos sem um perdão parcial significativo, foi provocado porque o executivo camarário decidiu não pagar a água. A CDU, na altura, considerou um mau exemplo dado aos munícipes, que continuavam a pagar mensalmente a sua conta de água. Pior ainda foi saber que o executivo camarário, liderado pelo PSD, que decidiu não pagar a água, decidiu igualmente gastar o dinheiro que os munícipes entregavam à autarquia para pagamento da água, e por isso, quando foi finalmente necessário dinheiro para pagamento da dívida contraída, o município não tinha recursos financeiros para o fazer. Passado o processo que nos levou à adesão ao Plano Especial para pagamento de dívidas, e do que afinal daí resultou, ao que se soma o pagamento faseado da dívida vencida, já com o executivo liderado pelo PS, eis-nos chegados à necessidade de fazer novo acordo, agora com a Águas do Norte, para liquidar valores em dívida, uma vez que também o executivo liderado pelo PS decidiu não pagar as faturas da água. A diferença está em que o PSD, no passado, não pagou, não aforrou, e aumentou a dívida. O PS, pagou a dívida o PSD, não pode aforrar, e deixou de pagar as faturas atuais, agora vencidas e alvo deste acordo.

Podemos brincar com os números, mas a verdade é que há duas ordens de razão em todo o processo. Uma, é política, a outra, é administrativa. Politicamente, e para quem tanto gosta de considerar de somenos importante a matriz ideológica que define os partidos, com o PCP e a CDU não teríamos chegado a esta situação porque antevemos o destino que PS e PSD querem dar à gestão da água em Portugal, caso o PS não altere rapidamente a sua forma de decidir nesta matéria. A nossa firme ação contra



## Assembleia Municipal de Caminha

a privatização da água é de tal forma férrea, que não contem connosco para qualquer iniciativa, mesmo que dissimulada, que concorra para esse fim. Em termos administrativos, não é suportável que a Assembleia Municipal de Caminha assista à saga da Olívia patroa e da Olívia costureira. Não pode vir agora o PSD na oposição mostrar-se muito incomodado com o facto do PS ter deixado de pagar as faturas da água, quando ainda continuamos a ter de pagar as faturas que o PSD não pagou quando liderava o município. Esta é a falta de coerência política que sustenta muita da oposição que passa por esta assembleia. Aquilo que era aceitável no plano administrativo seria que PS e PSD encontrassem a solução para o problema que criaram, porque sabem bem que não poderão contar com a CDU para esse processo.

O acordo que hoje vem para aprovação não será cumprido, nos montantes que o compõem. O município não tem capacidade, no momento, para o poder fazer. A Águas do Norte já o percebeu, daí os números lhe serem favoráveis, garantindo que quanto mais conseguir “sacar” ao município, melhor.

Finalmente uma última leitura política a retirar. Sendo o município de Caminha um dos acionistas das Águas do Norte, veja-se o tratamento que merece. Os 0,5% que detém dão-lhe apenas para pagar, e fazer acordos em que o resultado é pagar.

O alarme final virá no momento em que a Águas do Norte, provavelmente na altura já só Águas de Portugal, ou com um nome estrangeiro qualquer, anunciar que fechará a torneira ao município de Caminha, deixando os munícipes sem água.

Detendo o PS maioria nesta assembleia, e tendo o PSD responsabilidades na dívida, é expectável que votem favoravelmente este acordo. Então importa explicar aos munícipes como será possível fazer o pagamento dos valores acordados. Haverá alteração no preço da água? Subirão os impostos de decisão municipal? Que plano financeiro existe para este pagamento?



## Assembleia Municipal de Caminha

Finalmente cumpre-nos afirmar que é nossa convicção que outros acordos se seguirão, porque esta é também uma forma de perpetuar rendas a favor destas empresas.

Disse”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 11 votos contra e 02 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **k) Atualização de Tarifas do Ferryboat Santa Rita de Cássia**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de novembro de dois mil e dezassete, relativa à “**Atualização de Tarifas do Ferryboat Santa Rita de Cássia**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para atualização de tarifas do Ferryboat Santa Rita de Cássia, constantes do quadro da informação dos serviços, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse relativamente aos preços propostos em relação aos preços atuais, quanto a passageiro de 1.00€ preço a propor 1.50€, deixaria ficar 1.00€; para bicicleta 1.00€ preço a propor 200€, deixaria ficar 1.00€; ciclomotor 1.25€ preço a propor 2.00€ deixaria ficar 1.25€, logo nestes três itens manteria os mesmos preços, e todo o resto está completamente de acordo.

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:

“Gostaria, a título prévio, de agradecer a todos aqueles que participaram nestas eleições e lhe deram a oportunidade de os representar neste espaço de democracia.

Permitam-me ainda que lhes diga, enquanto cidadão...e antes de me focar no que aqui me traz...que tive oportunidade de seguir várias assembleias municipais e..o meu registo será de diplomacia, educação e respeito por todos aqueles que fazem parte do debate político no seu sentido mais amplo, sejam eles adversários ou compartes.

As pessoas que nada têm a ver com a política merecem o nosso respeito, honestidade intelectual e elevação na forma como comunicamos e como fazemos política ou apresentamos ideias, pois estamos aqui para as representar.

Feita esta curta introdução e centrando-me no tema "Atualização de tarifas do Ferryboat Santa Rita de Cássia”;

Como é do conhecimento público, o nosso ferryboat chegou a Caminha em 1995. Desde então e, sobretudo, em virtude do forte assoreamento do nosso rio, a sua navegabilidade nem sempre foi possível.

Enquanto munícipe e caminhense, tive oportunidade de constatar que durante anos o ferry-boat raramente navegava...Questionava-me acerca do



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

porquê dessa situação, mas conformava-me com as respostas que ia tendo entre amigos e conhecidos, uns mais informados que outros...e sempre se ia falando da construção de uma ponte, como alternativa.

Não compreendia porque é que uma embarcação daquela envergadura e que fora, em tempos, apresentada como um meio com grande potencial de desenvolvimento do concelho estava tanto tempo parada.

As horas de navegação do ferry-boat dependiam da amplitude das marés, o mesmo será dizer que quando havia água ele navegava, quando não havia água não navegava ou navegava de forma deficitária.

Efetivamente, com o primeiro mandato do atual executivo do Dr. Miguel Alves esta situação foi-se invertendo e atualmente o Santa Rita de Cássia navega todos os dias, exceto às Segundas-feiras.

Isto, só foi possível alcançar porque a aposta deste executivo no Santa Rita foi clara; com um grande esforço de manutenção do canal e limpeza regular das margens junto ao cais de embarque.

Em 2013 o número total de passageiros (entre Portugal e Espanha) era de 88.358...e em 2017 o número total de passageiros, até setembro, era já de 107.460...sendo que do ano de 2016 para o de 2017 subiu cerca de 10%.

Esse aumento repercutiu-se também, obviamente na receita, que passou entre 2016 e 2017 de € 135.000 para € 150.000.

Estes números indicam-nos uma tendência claramente crescente na procura e utilização do Santa Rita de Cássia.

Desde que o ferry-boat começou a navegar com regularidade, o número de turistas em Caminha aumentou, a começar pelos peregrinos de Santiago que vêm neste meio de transporte um facilitador e encorajador de viagem. De acordo com números apresentados pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago, que gere o albergue de Caminha, o número de peregrinos registados até final de 2016 foi 3 vezes superior ao registado no final de 2013.





## Assembleia Municipal de Caminha

Acontece que o preço dos bilhetes do Santa Rita não sofre qualquer alteração desde 2012, obrigando a grande esforço financeiro por parte da autarquia.

Face ao exposto, torna-se, portanto, necessário proceder a uma atualização das tarifas por forma a que esta se aproxime dos custos de manutenção da embarcação tendo sempre em conta os riscos de afastamento de potenciais clientes, o que significa que os preços deverão aumentar, mas esse aumento deverá ser sempre residual; até porque a grande fonte de rendimento do ferry-boat é indireta e resulta do acréscimo do número de turistas que visitam o concelho de caminha.

É esse capital que deve ser valorizado, não outro.

Assim, a bancada do Partido socialista acompanhará esta proposta com o seu voto a favor.

Disse”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**I) Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Caminha e de Vila Praia de Âncora**



pd  
E

## Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de treze de dezembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Caminha e de Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Caminha e de Vila Praia de Âncora”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que o PSD na altura própria e no momento próprio fez chegar diversos contributos para o enriquecimento deste regulamento, contributos que foram aceites, tornando este regulamento muito mais atrativo, permitindo assim, que o corpo de bombeiros possa crescer.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que não encontrou grandes diferenças neste regulamento em relação ao que vigorava e vigora desde 1997, aliás, julga que existem perdas de benefícios para os bombeiros e não um ganho em termos de benefícios para os mesmos bombeiros, como nem sequer entenderam tanta demora e tanta colaboração por parte dos vereadores do PSD que atrasaram e muito a apresentação desta proposta a esta Assembleia. E na verdade, disse, aquilo que aparece de novo neste regulamento, e para que se torne do conhecimento público, salvaguardando-se melhor entendimento de quem tenha outra informação que possa vir aqui dar outro esclarecimento ou exercer o direito ao



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

contraditório, a verdade é que o que aqui surge de novo é o acesso às Piscinas Municipais, o que é normal, porque em 1997 não existiam as Piscinas Municipais; utilização gratuita do Pavilhão Municipal e isenção no transporte do Ferryboat, como novidade; refere ainda o Senhor Deputado que não existem mais novidades, mas existem algumas perdas quanto aquilo que já existia. Quanto aos benefícios salienta o Senhor Deputado que no ponto 1 do art.º 4, que fala na “isenção do pagamento de taxa inerente às operações urbanísticas previstas em regulamento próprio, beneficiação e ampliação de casa para habitação própria e permanente, incluindo anexos e garagens”, referindo que esta isenção não se aplica à construção, mas, provavelmente será um erro, relativamente aquilo que aparece no início, ou seja, aquilo que fica de fora neste ponto 1 do art.º 4 é a construção. A CDU, disse, entende que se trata de um erro, já que não faz qualquer sentido indicar no objeto a Construção e depois ser completamente ignorada no artigo referido.

Disse ainda o Senhor Deputado que aquilo que desaparece em relação ao anterior regulamento é a prioridade em igualdade de condições no emprego municipal; desaparece a prioridade na habitação social; desaparece a prioridade na atribuição de bolsa de estudos; desaparece o apoio inicial ao encaminhamento jurídico, ou seja, na verdade em relação a 1997, aquilo que lhes parece é que não há neste regulamento de facto um reconhecimento tão grande que permita que pelo menos o PS e o PSD “embandeirem em arco” que têm ali um regulamento que engrandece os bombeiros, ou seja, na verdade em relação ao regulamento de 1997 pouco traz de novo.

Finalmente enfatizou que quanto à esta questão levantada lhe parece premente ver se existe erro ou não.

O **Senhor Deputado José Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal



## Assembleia Municipal de Caminha

de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte:

“Numa altura em que os Bombeiros de Portugal estão na ordem do dia, é de louvar tudo o que no concelho de Caminha se tem feito para o bem-estar das nossas duas Associações Humanitárias, esse trabalho tem sido levado acabo pelo anterior executivo liderado pelo Presidente Miguel Alves, e continuado neste mandato com pouco mais de dois meses após a tomada de posse.

O Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora e Caminha é demais justo e merecido.

Não nos podemos esquecer que no Concelho de Caminha o socorro, e genericamente a proteção civil, assentam no voluntariado dos nossos cidadãos na causa dos Bombeiros Voluntários das duas Associações acima referidas.

A crise de valores que hoje atinge a nossa sociedade tem dificultado o recrutamento de homens e mulheres para a causa dos Bombeiros. Neste sentido, é de saudar o Município de Caminha, apesar das fortes restrições orçamentais que o afetam conseguir elaborar e propor a esta Assembleia Municipal a aprovação deste Regulamento.

Estamos a tratar de um conjunto de medidas de apoio ao voluntariado nos corpos de Bombeiros do Concelho, que visam o reconhecimento do papel dos Bombeiros no socorro às nossas populações. Mas também, estamos a falar, de um incentivo ao voluntariado para as nossas corporações e um apoio a estes e suas famílias.

Estou certo e a bancada do Partido Socialista também está certa, que com estas medidas de apoio social, o Município de Caminha está a reconhecer o trabalho dos nossos Bombeiros, bem como, incentiva-los à sua permanência nos quadros das nossas corporações e a adesão de novos homens e mulheres a esta nobre causa social.



## Assembleia Municipal de Caminha

Bem hajam por propor estas medidas.

A bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que esta proposta foi inicialmente apresentada na Câmara Municipal pelo PS, mas, os Senhores Vereadores do PSD solicitaram para que se pudesse avaliar outro tipo de proposta, e outros conteúdos, e foi isso que aconteceu, contudo, acabou por atrasar a sua ida à Assembleia Municipal. Disse ainda o Senhor Presidente que o PSD através dos seus Vereadores deu os seus contributos que maioritariamente foram aceites, e, a proposta que ali chegou nasce da participação e do contributo do PS e do PSD na Câmara Municipal de Caminha.

Quanto à questão que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali colocou, disse o Senhor Presidente que é pertinente porque levanta dúvidas, e aquilo que o executivo entende nessa alínea b) do art.º 4 é que a isenção das taxas inerente às operações urbanísticas previstas em regulamento próprio, são construção, ampliação, modificação, alteração, contudo, embora pareça ali indicar que existe uma distinção, mas, exatamente no art.º 2 que é o objeto deste regulamento refere precisamente isso, quando diz que este regulamento se traduz em isenções ou reduções de taxas pela concessão de licenças de construção, ampliação, modificação de habitação própria permanente, e depois a construção da alínea b) cria dúvidas, mas, a Câmara Municipal na sua aplicação não vai excluir, considera todas as operações urbanísticas que estão previstas na Lei, vai-se entender que cabem nesta alínea b), exceto a construção de piscinas, mas, se o Senhor Deputado não se considerar esclarecido terá que se encontrar ali uma redação, e, não custa repetir aquilo que está no art.º 2, logo, mas, também fica ali o compromisso que essa redação se estende à alínea b) do art.º4.

No sentido de resolver a questão levantada, o Presidente da Câmara Municipal fez declaração política de que realmente a construção estava



## Assembleia Municipal de Caminha

incluída no regulamento e se no futuro dúvidas houvessem sobre a matéria, valeria a declaração aqui feita.

Em relação às tarifas de água e saneamento disse o Senhor Presidente que aquilo que vinha no regulamento anterior, deixou de ser aplicado em determinado momento em relação à água, os bombeiros pagavam a tarifa de água ao mesmo valor que qualquer cidadão, agora, os bombeiros com este regulamento, passaram a ter aplicada a taxa do primeiro escalão que é uma taxa dentro do escalão social, ou seja, é a mais baixa, e beneficia deste escalão até aos 15 m<sup>3</sup>, o que é do ponto de vista global um esforço significativo para se poder ir ao encontro daqueles que através do seu voluntariado e dedicação tem ali uma resposta da comunidade política, contudo, espera o Senhor Presidente que as nossas mulheres e homens se voluntariem para fazer parte dos nossos corpos de bombeiros.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, refere que relativamente à água, houve efetivamente o corte desse benefício, mas, o regulamento esteve sempre em vigor, e só essa parte é que foi interrompida nos mandatos em que o PSD liderava o Município de Caminha, contudo, a sua questão e dúvida prende-se com a taxa de resíduos sólidos, a qual está apensa à fatura da água e quando se fala ali nesse primeiro escalão se isso também tem reflexo na taxa de resíduos sólidos.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



## Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### m) Concurso Público da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de novembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Concurso Público da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º6 da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromisso relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o compromisso plurianual decorrente da aprovação da minuta do contrato da empreitada “Concurso Público da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, pela Câmara Municipal.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### n) Concurso Público da Rede de Distribuição de Água e Saneamento -



## Assembleia Municipal de Caminha

### Freguesia de Argela

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de novembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Concurso Público da Rede de Distribuição de Água e Saneamento- Freguesia de Argela**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º 6 da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromisso relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o compromisso plurianual decorrente da adjudicação da empreitada “Concurso Público da Rede de Distribuição de Água e Saneamento - Freguesia de Argela”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**o) Eleição de grupo de trabalho para elaborar alteração do regimento da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**





pd  
E.

## Assembleia Municipal de Caminha

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º1 do art.º29, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, os eleitos pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária à Assembleia Municipal de Caminha, vêm propor os membros deste órgão, que comporão o grupo de trabalho, presidido pelo Sr. Presidente da Mesa, destinado a elaborar a alteração do Regimento da Assembleia Municipal e que são os seguintes:

**Partido Socialista:** Sónia Maria da Silva Lajoso

**Partido Social Democrata:** Pedro Manuel Castro Pereira Casal

**Coligação Democrática Unitária:** Joaquim Celestino Ribeiro

### Suplentes:

**Partido Socialista:** Joao Felgueiras da Silva

**Partido Social Democrata:** João Filipe da Costa Lages

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação (por voto secreto) dos **Senhores Deputados**.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 2 votos em branco.

**p) Eleição do Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato**

Para eleição do representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato, foram apresentadas duas listas, as quais foram designadas por lista "A" e lista "B".



## Assembleia Municipal de Caminha

### **Lista "A";**

O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha indica o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Sr. Carlos Fernandes Alves de Castro, para Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia para Representar a Assembleia Municipal durante o presente mandato, sendo o respetivo substituto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Dem, Sr. Clemente Gonçalves Pires.

### **Lista "B";**

Os Deputados à Assembleia Municipal de Caminha, eleitos pelo Partido Socialista, propõe para representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato em curso:

#### **Efetivo:**

José Miguel da Silva Lopes Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Caminha (Matriz) e Vilarelho;

#### **Suplente:**

Jorge Paulo Alvarenga de Araújo - Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação (por voto secreto) dos **Senhores Deputados**.

A presente proposta foi aprovada pela lista "B" na Assembleia Municipal com 09 votos a favor, contra a lista "A" que obteve 5 votos a favor.

**q) Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para**



## Assembleia Municipal de Caminha

**integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, os deputados eleitos pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária à Assembleia Municipal de Caminha, propõem, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ):

**Partido Socialista:** João Fernando de Oliveira Domingues e Filipe Samuel Baltazar Fernandes

**Partido Social Democrata:** Marlene Silva e Simaura Fonseca

### **Suplentes:**

**Partido Socialista:** Maria Emília Roda Fernandes Lopes

**Partido Social Democrata:** Alberto Magalhães

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que uma vez que chegaram a acordo as três forças políticas, e como se trata de uma designação, perguntou, se poderia era possível efetuar a votação sem ser por votação secreta.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegaram a acordo e procedeu-se a votação normal sem ser por voto secreto.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

**r) Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 83º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º1 e n.º 2 do artigo 83º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os deputados eleitos pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária à Assembleia Municipal de Caminha, propõem, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho:

**Partido Socialista:** Hugo José Vasconcelos Martins e José Gaspar Sousa Pereira

**Partido Social Democrata:** Rui Taxa Araújo

**Coligação Democrática Unitária:** Joaquim Celestino Ribeiro

**Suplentes:**

**Partido Socialista:** Renata Sousa Monteiro

**Partido Social Democrata:** Severino Manuel Gomes de Sousa

**Coligação Democrática Unitária:** Joaquim Celestino Ribeiro

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, mencionou a necessidade urgente desta deliberação chegar à CIM Alto Minho de forma a poderem convocar a próxima reunião da CIM dentro dos prazos estabelecidos por Lei.



## Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink.

**s) Eleição do Representante da Assembleia Municipal para Integrar a Comissão de acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal- PDM**

**Esta proposta foi retirada.**

**t) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2017/2018**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao “Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2017/2018”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, propõe-se que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do “Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Autonomia para o Ano Letivo 2017/2018”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### u) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0



## Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

### v) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

### w) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### x) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares





## Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **y) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara**



## Assembleia Municipal de Caminha

**Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **z) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



## Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**aa) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico”**, conforme documento



## Assembleia Municipal de Caminha

anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**bb) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares**



## Assembleia Municipal de Caminha

**aos Alunos do Pré-Escolar**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**cc) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do**



## Assembleia Municipal de Caminha

**Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**dd) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e dezassete, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara**



## Assembleia Municipal de Caminha

**Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem”,** conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**ee) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e



## Assembleia Municipal de Caminha

dezassete, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo-Atividade de Animação e Apoio à Família**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H 40M, do dia 19 de dezembro de 2017, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.





## Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária

  
\_\_\_\_\_  
(Sónia Maria da Silva Lajoso)

O Primeiro Secretário

  
\_\_\_\_\_  
(João Alberto Marques Costa Felgueiras da Silva)

O Presidente

  
\_\_\_\_\_  
(Luís Augusto Pestana Mourão)